

**RELATÓRIO DO CONTROLE INTERNO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO
EXERCÍCIO DE 2017**

**SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
ESTADO DE MINAS GERAIS**

**SÃO JOÃO DO MANHUAÇU
MARÇO 2017**

Prefeito Municipal

NOME	CPF
SÉRGIO LÚCIO CAMILO	CPF: 837.636.516-91

Responsável pelo Controle Interno

NOME	CPF
FELIPE GOMES FONSECA	CPF: 076.010.086-14

Índice

- 1. Apresentação**
- 2. Introdução**
- 3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias**
- 4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária**
- 5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira**
- 6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial**
- 7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito**
- 8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar**
- 9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal.**

- 10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.**
- 11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município**
- 12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos**
- 13. Análise da observância do disposto no art. 29-A da Constituição Federal, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo.**
- 14. Aplicação de Recursos Públicos por Entidades de Direito Privado.**
- 15. Aplicação de Recursos Públicos por Entidades de Direito Privado.**
- 16. Termos de Parceria Firmados e Participação do Município em consórcio Público, as Respectivas Leis e o Impacto Financeiro no Orçamento.**
- 17. Indicação do montante inscrito em restos a pagar referente às contribuições previdenciárias devidas ao instituto próprio de previdência, com avaliação do impacto da inscrição sobre o total da dívida flutuante.**
- 18. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e aqueles repassados ao instituto próprio de previdência.**
- 19. Avaliação dos procedimentos adotados quando da renegociação da dívida para com o instituto próprio de previdência, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.**
- 20. Certificação de que os registros de dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis do fundo de previdência (ou instituto), especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos**
- 21. Cumprimentos dos prazos para encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM)**
- 22. Conclusão**

1. Apresentação

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101/00, art. 63 a 66 da Lei Complementar nº 33/94 e em atendimento ao disposto nas Instruções Normativas do TCE/MG, combinados com os artigos 75 a 80 da Lei nº 4.320/64, apresentamos o Relatório de Controle Interno da Prestação de Contas do Exercício de 2017.

2. Introdução

O encerramento das contas do exercício financeiro de 2017 deixou evidenciado mais uma vez a evolução das práticas adotadas na administração pública com relação ao planejamento e acompanhamento da execução orçamentária.

A metodologia criada pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF para garantir o equilíbrio, a transparência e o controle das contas públicas está se consolidando à medida do uso, demonstrando que a condução dos negócios públicos está pautada na gestão fiscal responsável.

Nestes aspectos, procuramos durante o ano de 2017, otimizar a prestação de serviços internos e externos, sendo incisivos e exigentes quanto à necessidade de planejar a programação financeira e a realização dos desembolsos, preservando a legalidade e desta forma também garantindo a legitimidade dos processos.

A postura do Sistema de Controle Interno neste processo foi a de atuar de forma integrada, visando o cumprimento dos programas e metas do governo, atendendo desta forma toda a legislação que rege a matéria, acompanhando de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando à proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração, zelando também pela gestão otimizada dos processos desta administração.

3. Avaliação do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e na Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plano Plurianual – PPA foi utilizado como um instrumento de planejamento estratégico das ações deste governo, orientando inclusive a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e da Lei Orçamentária Anual – LOA.

Procuramos organizar todas as ações a serem desenvolvidas no Município em programas, compatibilizando-os aos recursos disponíveis decorrentes do

planejamento da receita e da despesa e da entrada e saída efetiva de recursos financeiros, destinados, inclusive a financiar despesas de custeio.

Na avaliação do cumprimento das metas correlacionamos a eficácia, a eficiência e a efetividade, de forma que nosso objetivo foi o de constatar se:

- a meta atingida foi a meta proposta?
- não poderia gastar menos ao se realizar a ação?
- a ação alcançou, de fato, os anseios da população?

Também consideramos a arrecadação das receitas do nosso Município, a qual não se efetivou de modo, sendo, portanto, insuficiente para realizar parcial ou total os programas/ações definidos no PPA.

A LDO estabeleceu-se como o elo entre o PPA e a LOA do nosso Município. Ao elaborar a LDO selecionamos dentre os programas/ações estabelecidos no PPA, aqueles que considerávamos prioritários na execução da LOA.

Desta forma a LDO foi o instrumento de planejamento que estabeleceu as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, e que orientou a elaboração da LOA.

Foram aplicadas também as normas para o controle e avaliação dos resultados dos programas e as condições para transferências de recursos a entidades públicas e privadas definidas na LDO, na Lei de Subvenções do Município, na Lei nº 4.320/64, na LRF e demais legislações.

3.1. Ações e metas estabelecidas no PPA e na LDO

Apresentamos, a seguir, a avaliação do PPA a qual remete também para o cumprimento das prioridades relacionadas na LDO.

Ações e Metas Previstas PPA E LDO	Realização			Previsto	Realizado
	Sim	Não	Parcial		
1001 Ampliação e reforma Legislativo Municipal		X		30.000,00	0,00
1002 Aquisição veiculo p/ Gab. Da Presidência			X	50.000,00	9.520,00
2001 Manutenção Gabinete da Presidência	X			434.229,60	508.256,02
2002 Manutenção Rec. Hosp.Homenagem Comemorações			X	9.758,58	230,00
2003 Manutenção Viagens Agentes Políticos			X	64.273,50	34.918,00

2004	Promoção Comum.Prod.Terc.	Prod.p/ meio		X		16.000,00	0,00
2005	Manutenção Administração	Departamento de	X			280.678,63	322.139,66
2006	Manutenção Finanças	Atividades Departamento			X	34.135,10	4.586,68
2007	Manutenção Contabilidade	Departamento de			X	98.553,48	41.624,35
2008	Manutenção _INSS	Obrigações Patronais	X			107.075,59	164.403,95
2009	Manutenção FUNPREV	Obrigações Patronais –	X			4.042,50	6.460,21
1.027	Aquisição Moveis	Veículos Equip. p/ Gabinete Agentes Políticos	X			5.000,00	124.369,00
2011	Subsídios dos Agentes Políticos				X	222.000,00	201.380,26
2012	Manutenção das Atividades dos Agentes Políticos				X	131.030,00	92.901,87
2036	Manutenção Recepções, Homenagens e Homenagens			X		1.000,00	0,00
2085	Subsidio do Vice Prefeito				X	99.220,00	90.006,38
2115	Manutenção Jurídica	Serviços Assessoria		X		128.532,11	0,00
0002	Sentenças Judiciais		X			10.000,00	148.146,06
2017	Manutenção Planejamento	Secretaria Municipal de	X			735.073,58	804.339,48
2031	Manutenção Licitações	Setor de Compras e	X			103.750,00	130.145,82

2033	Manutenção Setor Recursos Humanos			X		76.400,00	72.046,61
2087	Subsidio Administração	Secretário Municipal de			X	54.450,00	47.882,80
2054	Manutenção Publicações e Divulgação Oficial		X			24.490,00	28.751,22
2046	Manutenção do Setor de Tesouraria				X	75.200,00	58.819,53
2116	Manutenção Atividades Controle Interno				X	39.390,00	36.684,25
2049	Manutenção Atividades de Contabilidade				X	173.690,00	109.793,84
2019	Manutenção Arrecadação	Setor de Tributação e			X	43.360,00	39.676,14
2178	Contruição para o Pasep				X	260.100,57	226.930,85
0001	Amortização Parcelamento e Dívida	Parcelamento e Encargos da			X	556.000,00	294.019,95
0003	Folha Inativos e Pensionistas				X	27.910,00	12.181,00
9999	Reserva Contingencia			X		250.000,00	0,00
2179	Contribuição a A.M.M.				X	18.000,00	8.928,00

2170 Manutenção Convenio Siat/AF		X	22.270,00	14.952,69
2071 Manutenção Convenio Policia Civil		X	8.930,00	3.206,90
2154 Manutenção Convenio Policia Militar	X		26.630,00	32.234,63
2091 Manutenção Atividade Secretaria Mun.Educação	X		152.410,00	262.771,14
2092 Subsidio Secretario Municipal Educação		X	54.450,00	0,00
1003 Construção, Ampl.Reforma Escolas e Anexos	X		74.500,00	87.821,70
1048 Aquisição, Moveis, Veiculo Equip. P/Ens. Fundamental		X	84.500,00	3.025,00
1086 Aquisição Terreno P/ Unidade Escolar		X	5.000,00	0,00
2047 Manutenção Atividades Ensino Fundamental		X	1.131.350,00	833.741,86
1108 Aquisição Veiculo p/Transporte Escolar		X	214.930,00	0,00
2048 Manutenção Transporte Escolar	X		648.359,00	899.817,90
1091 Construção/Amp./Reforma Predio Ensino Infantil		X	56.500,00	0,00
2124 Manutenção Atividades do Ensino Infantil		X	498.450,00	272.551,79
2080 Manutenção Atividade Ensino Jovens e Adultos	X		19.300,00	90.409,50
2112 Manutenção Atividades Educação Especial		X	102.690,00	0,00
2055 Remuneração Docentes do Magistério e Fundamental		X	2.988.730,00	2.707.569,38
2125 Remuneração Profissionais do Ensino Infantil	X		148.950,00	336.068,61
2080 Manut. Ativ. Ensino Jovens e Adultos		X	27.710,00	0,00
2112 Manut. Ativ. Educação Especial		X	42.040,00	12.995,73
1003 Construção, Ampl.Reforma Escolas e Anexos		X	5.000,00	0,00
1048 Aquisição, Moveis, Veiculo Equip. P/Ens. Fundamental	X		5.000,00	11.417,00
2047 Manutenção Atividades Ensino Fundamental	X		714.990,00	857.131,45
1108 Aquisição Veiculo p/Transporte Escolar		X	2.500,00	0,00
2048 Manutenção Transporte Escolar		X	649.045,00	205.609,46
1091 Construção/Amp./Reforma Predio Ensino Infantil		X	5.000,00	0,00
2124 Manutenção Atividades do Ensino Infantil	X		398.690,00	641.163,82
2080 Manut. Ativ. Ensino Jovens e Adultos		X	13.970,00	0,00
2112 Manut. Ativ. Educ. Especial		X	68.130,00	0,00
2020 Manutenção Merenda Escolar		X	562.889,00	228.462,52
2130 Concessão de Bolsa de Estudos a Universitários	X	X	28.980,00	32.200,00
2131 Manutenção Atividade Ensino Superior		X	6.500,00	0,00
2024 Manutenção Secretaria Municipal de Saúde		X	255.720,00	138.597,90
2100 Subsidio Secretário Municipal de Saúde		X	54.450,00	47.882,80
2200 Manutenção Atividade Conselho Municipal		X	3.700,00	0,00

2026 Manutenção Prog.Agentes Comunitário de Saúde			X	424.579,00	313.242,74
2045 Manutenção Prog.Saúde da Família			X	773.712,00	707.877,31
1028 Construção e ou Reforma Unidade de Saúde		X		325.000,00	0,00
1038 Aquisição Mov.Veiculo e Equip.P/ Saude			X	539.000,00	170.200,00

1113 Aquisição de Imovel P/ Saude		X		10.000,00	0,00
1115 Implantação da Academia		X		5.000,00	0,00
2053 Manutenção Programa Saude Bucal			X	247.251,00	157.012,82
2070 Auxilio P/Tratamento Fora do Município			X	400.430,00	76.902,31
2103 Manutenção das Atividades Atenção Básica	X		X	3.498.928,03	3.620.165,95
2147 Manutenção Distrib.Medicamentos P/Pessoa Baixa Renda	X			82.050,00	113.952,16
2177 Manutenção das Atividades Saude em Casa	X			83.481,00	130.500,00
2187 Contribuição Plano Estadual Assist.Farm.Básica		X		20.000,00	0,00
2189 Contribuição Cis-Caparao			X	259.993,48	56.746,49
2198 Contrato de Rateio Cis Caparao	X			192.061,05	215.198,74
2201 Manutenção Atividades As. Farm. Básica	X			108.540,00	203.667,41
2074 Manutenção Vigilancia Sanitária			X	70.950,00	38.564,63
2040 Combate as Doenças Epidemiologicas	X			117.385,00	234.653,33
2107 Subsidio Secretario de Obras			X	54.450,00	47.882,80
2066 Manutenção Atividades do Cemiterio			X	5.570,00	1.858,11
1109 Aquisição Moveis,Veiculos e Equip.Perm.P/Serv.Urb.		X		86.000,00	0,00
2025 Manutenção da Limpeza Pública			X	478.530,00	427.961,61
2065 Manutenção Serviços Urbanos e Obras	X			891.120,00	1.319.411,74
2202 Manutenção das Atividades Saneamento Básico	X			14.940,00	15.390,96
2172 Manutenção Telecentro Comunitário			X	14.710,00	0,00
2067 Manutenção Iluminação Publica			X	317.141,88	217.584,09
2199 Contrato Rateio Iluminação Pública			X	10.053,12	7.371,76
2030 Manutenção Setor Transporte e Oficina	X			185.790,00	230.331,71
2060 Manutenção Serv.Estradas Vicinais			X	395.396,43	199.778,46
1039 Construção/Ampl. Ou Reforma Paço Municipal		X		15.000,00	0,00
1098 Aquis.Imovel Construção Unidade Assist.Social		X		10.000,00	0,00
1099 Contrução, Reforma Melhorias Moradias B.Renda		X		95.000,00	0,00

1106 Construção Unidade Assist.Social		X		29.000,00	0,00
1112 Construção da Casa de Cultura		X		78.000,00	0,00
1026 Pavim Calc.Ruas, Avenidas e Anexos		X		907.500,00	0,00
1093 Construção , Ampliação e Reforma de Cemitérios		X		10.000,00	0,00
1057 Constru. Ampl. Ref. Pracas e Jardins		X		90.000,00	0,00
1096 Construção/Reforma Banheiro Publico		X		55.000,00	0,00
1044 Construção Reforma da Rede Pluvial/Fluvial		X		122.150,00	0,00
1120 Aquisição de Imóvel p/ Usina Reciclagem				50.000,00	0,00
1121 Construção de Usina de Reciclagem				320.000,00	0,00
1119 Aquisição Terreno p/ Aterro Sanitário				50.000,00	0,00
1104 Instalação do Parque de Exposições			X	180.000,00	167.297,29
1103 Construção Mercado Municipal		X		35.000,00	0,00
1037 Extensão de Rede Elétrica	X			95.000,00	168.114,00
1084 Aquisição Terreno p/ Construção Terminal Rodoviário		X		15.000,00	0,00
1097 Melhoramento de Estradas		X		410.000,00	0,00
1111 Construção de Abrigo p/ Passageiros		X		40.000,00	0,00
1102 Construção Terminal Rodoviario		X		95.000,00	0,00
1061 Construção Ampliação Reforma Campo Futebol,Quadras e Anexo		X		180.000,00	0,00
1083 Aquisicao Terreno P/ Construção Quadra Poliesportiva		X		15.000,00	0,00
1094 Construção de Unidade Esportiva		X		220.000,00	0,00
2169 Manutenção Programa Habitação Rural		X		6.000,00	100,00
2175 Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura			X	6.640,00	1.310,40
2139 Subsidio Secretario Municipal Cultura e Esportes			X	54.450,00	47.882,80
2176 Manutenção do Patrimonio Cultural		X		10.480,00	0,00
2014 Manutenção das Atividades Culturais e turísticas	X			2.270,00	22.508,26
2081 Manutenção Biblioteca Pública Municipal			X	26.080,00	12.527,51
2194 Apoio Entidades Carater Cultural			X	40.000,00	30.000,00
2061 Comemoração Festas Cívicas e Folclóricas			X	302.000,00	694.690,04
2035 Manutenção Repetidora de Sinal de TV			X	2.240,00	341,21
2063 Manutenção Atividades Esportivas			X	128.260,00	82.446,77
2037 Manutenção Atividade do Meio Ambiente e Turismo	X			2.410,00	13.815,21

2126 Manutenção Aterro Sanitário		X		2.500,00	0,00
2109 Subsidio Secretario Agricultura e Meio Ambiente			X	54.450,00	47.882,80
2173 Manutenção Convenio com IMA		X		4.440,00	0,00
2191 Contribuição a Emater	X			60.000,00	62.379,31
2038 Manutenção Serviços de Agricultura	X			30.280,00	34.699,26
1110 Aquisição, Moveis, Veiculo Equip.P/Serv.Agricultura		X		125.000,00	0,00
2155 Manutenção Mercado Municipal		X		2.000,00	0,00
2144 Subsidio Secretario Assistência Social		X		60.000,00	0,00
2171 Manutenção Atividades Secretaria As.Social	X			30.200,00	87.003,56
2129 Manutenção Atividades Amparo ao Idoso		X		2.990,00	0,00
2050 Manutenção Atividades Conselho Tutelar	X			85.580,60	86.946,64
2195 Apoio Abrigo p/ Atend. Crianca e Adolescente			X	13.640,00	0,00
2052 Assist.Pop.Carente Distrib.Cestas Básicas			X	20.300,00	0,00
2069 Manut. Ativ. Assistencia Socal			X	269.365,00	188.732,33
2073 Manut. B.Eventual (fun. Natal. C. Bas)	X			13.390,00	104.503,26
2156. Manutencao Aluguel Social a Familias Carentes			X	38.790,00	8.050,00
2192 Subvenção ao Restaurart			X	40.000,00	18.000,00
2058 Manutenção do CRAS			X	337.390,00	232.848,61
2196 Servico de Convivencia e Fortalecimento de Vinculo	X			9.860,00	20.365,00
4001 Manutenção Atividades do FUNPREV			X	118.000,00	89.535,27
3001 Aquisição Moveis Equipamentos Permanentes		X		5.000,00	0,00
4002 Manutenção Auxilio Reclusão/Doença			X	500.000,00	225.618,88
4003 Manutenção Folha de Inativos e Pensionistas	X			470.000,00	526.226,89
4004 Manutenção Decisão Judicial		x		150.000,00	0,00
9999 Reserva de Contingência		X		1.723.253,29	0,00
TOTAL GERAL				30.711.943,08	22.878.120,35

(Atenção: Para possibilitar o preenchimento execute a opção 76-4 – Avaliação do Cumprimento das Metas, no menu do sistema de Contabilidade, Contab2.)

Tecer comentários sobre o cumprimento ou não das ações previstas no PPA e na LDO.

As ações executadas pelo Município no exercício de 2017 foram predominantemente voltadas à manutenção das atividades, motivo pelo qual houve poucos investimentos.

3.2. Metas de Receita, Despesa e Resultado Primário

Demonstra-se no quadro a seguir a avaliação das metas fiscais de Receitas, Despesas e Resultado Primário do exercício de 2017, estabelecidas na LDO, conforme determina o § 1º, do art. 4º, da LRF:

Quadro 2

AVALIAÇÃO DAS METAS DE RECEITA, DESPESA E RESULTADO PRIMÁRIO ESTABELECIDAS NA LDO EXERCÍCIO DE 2017		
DISCRIMINAÇÃO	META ESTABELECIDADA (R\$)	REALIZADA (R\$)
Receita Total	30.711.943,08	23.822.742,22
(-) Aplicações Financeiras	1.030.400,00	831.301,23
(-) Operações de Crédito	0,00	0,00
(-) Receitas de Alienação de Ativos	100.000,00	0,00
(-) Amortização de Empréstimos	0,00	0,00
= RECEITA FISCAL (I)	29.581.543,08	22.991.440,99
Despesa Total	30.711.943,08	22.549.130,01
(-) Juros e Encargos da Dívida	50.000,00	40.928,12
(-) Amortização da Dívida	530.000,00	253.091,83
(-) Concessão de Empréstimos	0,00	0,00
(-) Títulos de Capital já integralizados	0,00	0,00
= DESPESA FISCAL (II)	30.131.943,08	22.255.110,06
RESULTADO PRIMÁRIO (I - II)	-550.400,00	736.330,93

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

A LDO estabeleceu como meta de resultado primário o valor de R\$ -550.400,00 (quinhentos e cinquenta mil e quatrocentos reais) para ser alcançado no decorrer do exercício de 2017. Ao final do exercício, o resultado apurado foi de R\$ 736.330,93 (setecentos e trinta e mil trezentos e trinta reais), tendo sido obtido um valor superior a meta prevista na LDO, o que demonstra o empenho da administração municipal em cumprir as suas metas e em honrar seus compromissos.

3.3. Metas de Resultado Nominal

Demonstra-se no quadro a seguir a apuração do Resultado Nominal alcançado no exercício de 2017, comparando-o com a meta estabelecida na LDO, conforme determina o § 1º, do art. 4º, da LRF:

Quadro 3

DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL ALCANÇADO E DA META ESTABELECIDNA NA LDO			
EXERCÍCIO DE 2017			
DISCRIMINAÇÃO	Realizado em 2016	Previsão para 2017	Realizado em 2017
Dívida Fundada (exceto dívida entre entidades da mesma esfera governamental, conforme determina o § 2º, do art. 1º, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal)	3.083.652,00	3.083.652,00	1.337.995,00
(+) Precatórios emitidos a partir de 05.05.2000, incluídos no orçamento e não pagos	0,00	0,00	0,00
(+) Operações de crédito (com prazo inferior a doze meses, que tenham constado como receitas no orçamento)	0,00	0,00	0,00
= Dívida Consolidada	2.443.321,64	3.083.652,00	
(-) Total do Ativo Disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras)*	1.678.264,86	0,00	2.345.018,62
(-) Haveres Financeiros (devedores diversos)*	0,00	0,00	0,00
(+) Restos a Pagar Processados*	1.298.448,69	0,00	2053944,27
= Dívida Consolidada Líquida	2.063.505,47	3.083.652,00	
(+) Receitas de Privatizações	0,00	0,00	0,00

(-) Passivos Reconhecidos (parcelamento de dívida: INSS, FGTS, PIS/PASEP e outras)	0,00	0,00	0,00
Dívida Fiscal Líquida	2.063.505,47	3.083.652,00	949.951,12
RESULTADO NOMINAL		-79.281,72	-261.319,54

***Atenção:** Quando a soma do Total do Ativo Disponível (caixa, bancos e aplicações financeiras) mais os Haveres Financeiros (devedores diversos) apresentar resultado menor que o montante dos Restos a Pagar Processados, deverão ser descartados os valores apresentados nas três linhas para a apuração do resultado, conforme critério adotado pelo TCE/MG (SIACE/LRF) e STN. **Nota:** Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta, mas foram deduzidos os valores das dívidas entre as entidades municipais.

O Resultado Nominal do exercício de 2017 corresponde à variação entre a Dívida Fiscal Líquida no final do exercício de 2015 e a Dívida Fiscal Líquida no final do exercício de 2017, sendo desejável a obtenção de um resultado negativo que demonstra um decréscimo da dívida em relação ao ano anterior.

As metas de resultado nominal foram estabelecidas na LDO observando-se as instruções e modelos do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e da Secretaria do Tesouro Nacional, incluindo na dívida consolidada os precatórios emitidos a partir de 05/05/2000 que foram incluídos no orçamento e não pagos. No entanto, é importante ressaltar que no SIACE/LRF é possível adicionar o valor correspondente aos citados precatórios na dívida consolidada, contudo, o SIACE/PCA não contém uma tabela para possibilitar o registro e a identificação dos mesmos, o que poderá causar divergências numa eventual comparação entre o resultado nominal apurado nos dois sistemas do TCE/MG.

Houve uma redução na Dívida Consolidada Líquida de R\$ 261.319,54 (duzentos e sessenta e um mil trezentos e dezenove reais e cinquenta e quatro centavos) em relação ao saldo apurado em 31/12/2016. A diminuição da Dívida Consolidada Líquida deve-se à redução da Dívida Consolidada, que passou de R\$ 1.211.270,66 (um milhão duzentos e onze mil duzentos e setenta reais e sessenta e seis centavos) para R\$ 949.951,12 (novecentos e quarenta e nove mil novecentos e cinquenta e um reais e doze centavos), do aumento das disponibilidades de caixa e da redução dos restos a pagar processados.

Quanto à análise do Resultado Nominal apurado no final do exercício, destaca-se que as metas definidas na LDO foram superadas, sendo que houve uma redução de R\$ R\$ 261.319,54 (duzentos e sessenta e um mil trezentos e dezenove reais e cinquenta e quatro centavos) no valor da dívida fiscal líquida.

Conforme disposto no art. 9º da LRF, foi verificado, ao final de cada bimestre, se a realização da receita era suficiente para comportar o cumprimento das metas de

resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais. Quando necessário, foi promovido, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela LDO. Em decorrência destes procedimentos, as receitas e despesas mantiveram-se equilibradas e a meta de Resultado Nominal foi atingida.

4. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária

A LOA configurou-se em nosso Município como um instrumento de planejamento, indo além da mera estimativa de receita e despesa. Procurou-se, através da mesma, estabelecer políticas voltadas para o atendimento dos anseios da população, equacionando-as com os recursos disponíveis no Município.

4.1. Elaboração do Orçamento

A LOA do Município para o exercício financeiro de 2017, aprovada por meio da Lei nº. 689 de 10 de janeiro de 2017, foi elaborada conforme disposições contidas na Lei nº 4.320/64, na Portaria nº 42/99, do Ministério de Estado do Orçamento e Gestão, na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda e da Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 163/01 e suas alterações, nas demais Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, na Instrução Normativa nº 05/2011 que trata dos códigos de receita orçamentária e demais legislações pertinentes,

Durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, foram verificadas quais eram as demandas existentes no Município e as providências para o seu equacionamento, combinadas com aquelas definidas no PPA e na LDO e com a expectativa de receita para o exercício.

Consagrando os princípios da democracia e da transparência e, ainda, atendendo ao parágrafo único, do art. 48, da LRF, foi assegurada à população a participação nos trabalhos de elaboração do orçamento.

Com relação à estimativa da receita, procurou-se adotar os seguintes critérios:

- A evolução média da receita nos últimos 03 (três) anos, verificada por meio de métodos estatísticos;
- Os fatores conjunturais que poderiam influenciar a produtividade de cada fonte;
- A previsão do repasse do ICMS e do FPM;
- A expansão do número de contribuintes e as alterações na legislação tributária;
- A projeção das receitas de transferências de outros entes;
- A legislação vigente, principalmente no que diz respeito ao novo Ementário da Receita proposto pela Secretaria do Tesouro Nacional.

A fixação da despesa para cada unidade orçamentária decorreu do fato de examinar:

- Quais eram as demandas internas existentes, conjugada com a observação histórica das despesas efetivamente realizadas nos 03 (três) últimos exercícios financeiros;
- As metas previstas no PPA;
- As metas e prioridades definidas na LDO;
- A implementação de programas de redução de despesas em caráter geral;
- A fixação da reserva de contingência, conforme LDO;
- A receita estimada;
- A legislação vigente.

A receita do Município foi, portanto, estimada em R\$ 30.711.943,08 (trinta milhões setecentos e onze mil novecentos e quarenta e três reais e oito centavos) e a despesa foi fixada em igual valor, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Quadro 4

LEI ORÇAMENTÁRIA			
EXERCÍCIO DE 2017			
RECEITA PREVISTA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)	DESPESA FIXADA POR CATEGORIA	VALOR (R\$)
Receitas Correntes	21.854.949,25	Despesas Correntes	24.403.844,02
Receitas de Capital	4.150.000,00	Despesas de Capital	4.935.217,73
Deduções para o FUNDEB	4.706.993,03	Reserva de Contingência	1.723.253,29
		Reserva Orçamentária	0,00
TOTAL	30.711.943,08	TOTAL	31.062.315,04

Nota: Incluídas as receitas e despesas intra-orçamentárias.

4.2. Execução do Orçamento

A execução orçamentária foi realizada segundo os mandamentos definidos na Lei nº 4.320/64, Lei nº 8.666/93, LRF e demais legislações pertinentes.

Após a publicação da LOA, atendendo o art. 8º da LRF, foram elaborados os quadros de Programação Financeira, Cronograma Mensal de Desembolso e Metas Bimestrais de Arrecadação, com o objetivo de **buscar** o equilíbrio das contas públicas.

Desta forma e de maneira bem simples atentou-se primeiramente para a receita, geração e montante, e depois se definiu a despesa, quando seriam efetivados os gastos e os respectivos montantes, sempre de forma a estabelecer e a garantir o equilíbrio das contas do Município.

A programação financeira consistiu em planejar mensalmente o fluxo de entrada de

recursos e com base nele estabeleceu-se o cronograma de desembolso (saídas de caixa) e os valores a serem distribuídos através das cotas. Ou seja, primou-se por conhecer bem o comportamento das receitas durante o ano e atentou-se para quaisquer mudanças que de alguma forma poderiam alterar a produtividade de cada fonte durante o exercício financeiro de 2017.

Nestes aspectos a programação financeira – Receita foi elaborada mensalmente com base:

- Na análise do comportamento de receita por receita;
- Nas indicações e orientações dos técnicos que trabalham direta e indiretamente com a arrecadação;
- Nas indicações com base na proporção de receitas realizadas no ano anterior;
- Nas informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2017;
- Nas informações oriundas de receitas vinculadas estimadas;
- Na experiência e no bom senso.

Feita a programação da receita, estabeleceu-se o Cronograma de Desembolso Mensal – Despesa, por meio de:

- Indicações baseadas no conhecimento das despesas fixas, tais como: folha de pagamento e encargos, água, energia, telefone, contratos, parcelamentos de dívidas e convênios;
- Indicações baseadas na proporção de despesas realizadas no ano anterior;
- Indicações dos técnicos que trabalham diretamente com a geração da despesa;
- Informações oriundas da proposta orçamentária aprovada para 2017;
- Informações do setor de pessoal da entidade;
- Informações oriundas das receitas vinculadas estimadas;
- Indicações das próprias unidades administrativas da entidade com relação à programação mensal de suas despesas;
- Indicação das reservas técnicas;
- Informações relativas aos valores a serem repassados mensalmente para a câmara, fundos de previdências;
- Previsão dos pagamentos dos restos a pagar de exercícios anteriores;
- Experiência e bom senso.

Após, elaborados a programação financeira e o cronograma de desembolso, efetuou-se a distribuição das cotas, que corresponde ao recurso financeiro liberado em determinado período de tempo. Estes instrumentos visaram regular o equilíbrio fiscal durante a execução orçamentária e financeira.

Durante todo o ano realizou-se o acompanhamento da receita e da despesa. Quando era verificada a frustração da receita realizada em relação à prevista, refazia-se todo o planejamento, procedendo assim à limitação de empenho, visando garantir o equilíbrio das contas públicas.

4.3. Balanço Orçamentário

Por meio do Balanço Orçamentário pode-se observar a capacidade de planejamento, uma vez que o mesmo demonstra as receitas e as despesas previstas, em confronto com as realizadas, bem como fornece condições para verificar de forma global, o desempenho desta administração em termos de arrecadação e do emprego dos recursos públicos.

Quadro 5 BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DE 2017

Quadro Principal - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social					Exercício: 2017
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	PREVISÃO	PREVISÃO	RECEITAS	SALDO
		INICIAL	ATUALIZADA	REALIZADAS	
		(a)	(b)	(c)	(d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)		26.561.943,08	26.561.943,08	23.546.372,2 2	(3.015.570,86)
Receita Tributária		680.311,00	680.311,00	687.749,29	7.438,29
Receitas de Contribuições		2.457.948,29	2.457.948,29	1.989.128,92	(468.819,37)
Receita Patrimonial		1.030.400,00	1.030.400,00	831.301,23	(199.098,77)
Transferências Correntes		22.278.783,79	22.278.783,79	20.023.060,6 6	(2.255.723,13)
Outras Receitas Correntes		114.500,00	114.500,00	15.132,12	(99.367,88)
Receitas de Capital (II)		4.150.000,00	4.150.000,00	276.370,00	(3.873.630,00)
Alienação de Bens		100.000,00	100.000,00	0,00	(100.000,00)
Transferências de Capital		4.050.000,00	4.050.000,00	276.370,00	(3.773.630,00)
SUBTOTAL DAS RECEITAS (IV) = (I + II + III)		30.711.943,08	30.711.943,08	23.822.742,2 2	(6.889.200,86)
Déficit (VII)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VIII) = (VI + VII)		30.711.943,08	30.711.943,08	23.822.742,2 2	(6.889.200,86)
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES					
(UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)					
Superávit Financeiro			220.786,45		220.786,45
Reabertura de créditos adicionais			0,00		0,00
Reabertura de créditos adicionais			0,00		0,00

DESPEAS ORÇAMENTÁRIAS	Nota	DOTAÇÃO	DOTAÇÃO	DESPEAS	DESPEAS	DESPEAS	SALDO DA DOTAÇÃO (i) = (e-f)
		INICIAL	ATUALIZADA	EMPENHADAS	LIQUIDADAS	PAGAS	
		(d)	(e)	(f)	(g)	(h)	
DESPEAS CORRENTES (IX)		23.381.779,40	24.403.844,02	21.569.854,43	21.325.940,78	19.266.596,52	22.833.989,59
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS		14.294.313,67	14.067.587,12	13.136.259,72	13.136.259,72	11.899.526,92	931.327,40
JUROS E ENCARGOS DA DÃ-VIDA		31.000,00	40.928,12	40.928,12	40.928,12	40.928,12	0,00
OUTRAS DESPEAS CORRENTES		9.056.465,73	10.295.328,78	8.392.666,59	8.148.752,94	7.326.141,48	1.902.662,19
DESPEAS DE CAPITAL (X)		5.356.910,39	4.935.217,73	1.308.265,92	1.223.189,23	1.188.719,23	233.626.951,81

INVESTIMENTOS	4.807.910,39	4.660.239,80	1.055.174,09	970.097,40	935.627,40	3.605.065,71
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	549.000,00	274.977,93	253.091,83	253.091,83	253.091,83	21.886,10
RESERVAS	1.973.253,29	1.723.253,29	0,00	0,00	0,00	0,001.723.253,29
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XI)	1.973.253,29	1.723.253,29	0,00	0,00	0,00	0,001.723.253,29
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XIII) = (IX+X+XI+XII)	30.711.943,08	31.062.315,04	22.878.120,35	22.549.130,01	20.455.315,75	184.194,69
Superávit (XVII)			944.621,87			
TOTAL (XVIII) = (XV + XVII)	30.711.943,08	31.062.315,04	23.822.742,22	22.549.130,01	20.455.315,75	239.572,82

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Exercício: 2017
Nota	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro de 2016					
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f) = (a+b-d-e)	
Despesas Correntes	0,00	12.060,35	237,96	0,00	12.060,35	0,00	
Outras Despesas Correntes	0,00	12.060,35	237,96	0,00	12.060,35	0,00	
TOTAL	0,00	12.060,35	237,96	0,00	12.060,35	0,00	

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						Exercício: 2017
Nota	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	
	Em exercícios anteriores	Em 31 de dezembro de 2016				
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e) = (a+b-c-d)	
Despesas Correntes	229.455,55	893.827,66	857.574,10	241.120,18	24.588,93	
Pessoal e Encargos Sociais	29.699,93	759.960,81	755.104,53	34.556,21	0,00	
Outras Despesas Correntes	199.755,62	133.866,85	102.469,57	206.563,97	24.588,93	
Despesas de Capital	4.040,00	179.266,80	179.266,80	0,00	4.040,00	
Investimentos	4.040,00	179.266,80	179.266,80	0,00	4.040,00	
TOTAL	233.495,55	1.073.094,46	1.036.840,90	241.120,18	28.628,93	

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

O valor da receita orçada para o exercício foi de R\$ 30.711.943,00 (trinta milhões setecentos e onze mil novecentos e quarenta e três reais) e a efetivamente arrecadada totalizou o montante de R\$ 23.822.742,22 (vinte e três milhões oitocentos e vinte e dois mil setecentos e quarenta e dois reais e vinte e dois centavos) ocorrendo uma insuficiência de arrecadação no valor de R\$ 6.889.200,86 (seis milhões oitocentos e oitenta e nove mil duzentos reais e oitenta e seis centavos).

O déficit apresentado na coluna execução das receitas demonstra um desequilíbrio entre as receitas arrecadadas e as despesas realizadas no exercício de 2017, comprometendo ainda mais o equilíbrio das contas públicas, pois o Balanço Patrimonial do exercício de 2017 já apresentava um déficit financeiro, demonstrando que os critérios de planejamento empregados foram insatisfatórios. Desta forma, as contas públicas mantiveram-se desequilibradas, contudo a Administração Municipal está implantando novas formas de planejamento para que o equilíbrio seja

restabelecido até o final do mandato, visando atender plenamente o §1º do art. 1º da LRF.

4.3.1. Anexos do Balanço Orçamentário referente a Restos a Pagar.

Dos valores inscritos em Restos a Pagar não Processados, conforme quadro demonstrado a seguir, o município conseguiu pagá-los totalmente. Quanto aos cancelados, levando-se em consideração as notas explicativas.

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS							Exercício: 2017
Nota	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a+b-d-e)	
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2016 (b)					
Despesas Correntes	0,00	12.060,35	237,96	0,00	12.060,35	0,00	
Outras Despesas Correntes	0,00	12.060,35	237,96	0,00	12.060,35	0,00	
TOTAL	0,00	12.060,35	237,96	0,00	12.060,35	0,00	

Dos valores inscritos em Restos a Pagar Processados, conforme quadro demonstrado a seguir, o município não conseguiu pagá-los totalmente. Restam ainda o valor de R\$ 28.628,93 (vinte e oito mil seiscientos e vinte e oito reais e noventa e três centavos). Quanto aos cancelados, levando-se em consideração as notas explicativas.

QUADRO DA EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS						Exercício: 2017
Nota	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a+b-c-d)	
	Em exercícios anteriores (a)	Em 31 de dezembro de 2016 (b)				
Despesas Correntes	229.455,55	893.827,66	857.574,10	241.120,18	24.588,93	
Pessoal e Encargos Sociais	29.699,93	759.960,81	755.104,53	34.556,21	0,00	
Outras Despesas Correntes	199.755,62	133.866,85	102.469,57	206.563,97	24.588,93	
Despesas de Capital	4.040,00	179.266,80	179.266,80	0,00	4.040,00	
Investimentos	4.040,00	179.266,80	179.266,80	0,00	4.040,00	
TOTAL	233.495,55	1.073.094,46	1.036.840,90	241.120,18	28.628,93	

4.4. Créditos adicionais

4.4.1. Créditos suplementares

Os créditos suplementares destinados ao reforço de dotações orçamentárias foram abertos em conformidade com o que prescreve o art. 40 da Lei nº 4.320/64 e art. 167, inciso V, da Constituição da República e respeitaram o limite autorizado na LOA e em leis especiais. Os créditos suplementares atingiram o valor de R\$ 11.630.447,65 (onze milhões seiscientos e trinta mil quatrocentos e quarenta e sete reais e sessenta e cinco centavos).

Quadro 6

APURAÇÃO DO LIMITE DE CRÉDITOS SUPLEMENTARES ABERTOS NO EXERCÍCIO – 2017	
Lei Orcamentária de 2017	R\$ 30.711.943,08
(X) Limite dos Créditos Suplementares Autorizados	30%
(=) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados	R\$ 9.213.582,92
(+) Valor dos Créditos Suplementares Autorizados por	R\$ 3.071.194,30
(=) Total dos Créditos Suplementares Autorizados	R\$ 12.284.777,22
(-) Total dos Créditos Suplementares Abertos no	R\$ 11.630.447,65
(=) Diferença a Maior ou a Menor	R\$ 654.329,57

4.4.2. Créditos especiais

Não houve abertura de Créditos Especiais no exercício de 2017.

4.4.3. Créditos extraordinários

Não houve abertura de Créditos extraordinários no exercício de 2017.

4.4.4. Excesso de arrecadação utilizado para a abertura de créditos adicionais

Foram abertos créditos por excesso de arrecadação no valor **R\$ 129.585,51** (cento e vinte e nove mil quinhentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e um centavos).

4.4.5. Superávit financeiro utilizado para a abertura de créditos adicionais

Foram abertos créditos por superávit financeiro, no valor de **R\$ 220.786,45** (duzentos e vinte mil setecentos e oitenta e seis reais e quarenta e cinco centavos).

4.4.7. Operações de crédito utilizadas para a abertura de créditos adicionais

Não houve abertura de créditos adicionais por operação de crédito no exercício.

4.5. Análise do comportamento da receita arrecadada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Promoveu-se uma análise horizontal e vertical da receita orçamentária arrecadada nos últimos três anos, conforme a seguir:

Quadro 07

COMPARATIVO DA RECEITA ARRECADADA								
EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 e 2017								
EXERCÍCIOS	2015		2016			2017		
ESPECIFICAÇÃO	Arrecadação (R\$)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)	Arrecadação (R\$)	AH (%)	AV (%)
Receitas Correntes	19.807.567,16	93,99	23.322.413,01	17,74	97,86	26.324.873,30	12,87	98,96
Receitas de Capital	1.266.204,32	6,01	507.852,33	40,10	2,14	276.370,00	54,41	1,04
TOTAL	21.073.771,46	100	23.830.265,34	13,08	100	26.601.243,30	11,62	100

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Constatou-se que as Receitas Correntes participaram com 98,96% (noventa e oito vírgula noventa e seis por cento) das receitas orçamentárias, cabendo às Receitas de Capital o percentual de 1,04% (um vírgula zero quatro por cento).

Percebe-se a partir do quadro acima que as receitas corrente apresentaram um decréscimo da ordem de 4,87% (quatro vírgula oitenta e sete por cento).

4.6. Análise do comportamento da despesa realizada no exercício em relação aos exercícios anteriores

Elaborou-se também uma análise horizontal e vertical na despesa orçamentária realizada nos últimos três anos, conforme a seguir:

Quadro 08

COMPARATIVO DA DESPESA REALIZADA	
EXERCÍCIOS DE 2015, 2016 e 2017	

EXERCÍCIOS	2015		2016			2017		
	Realizada (R\$)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)	Realizada (R\$)	AH (%)	AV (%)
Despesa Corrente	17.843.002,62	4,83	19.223.499,18	7,73	93,59	21.569.854,43	4,28	94,28
Despesa de Capital	972.488,97	5,17	1.315.943,72	35,31	6,41	1.308.265,92	-9,40	5,72
TOTAL	18.815.491,59	100	20.539.442,90	9,16	100	22.878.120,35	11,38	100

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Diante do demonstrado, pode-se constatar que os gastos na categoria econômica Despesa de Capital reduziram no exercício de 2017 em relação aos exercícios anteriores em função da na liberação de convênios no âmbito Federal e Estadual.

4.7. Reserva de Contingência

A LOA do exercício de 2017 contemplou a reserva de contingência, cuja forma de utilização foi estabelecida na LDO, a qual foi destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Como não ocorreu nenhum fato relacionado a risco fiscal ou passivo contingente, a reserva de contingência foi utilizada como fonte de recursos para a abertura de créditos adicionais.

5. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão financeira

O Balanço Financeiro demonstra os ingressos e os dispêndios de natureza orçamentária e extraorçamentária ocorridos no exercício de 2017, conjugados com os saldos em espécie, provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

Sua estrutura atual compõem de receitas e despesas orçamentárias devidamente constituídas de suas respectivas fontes de recursos.

Em síntese, a execução financeira no exercício financeiro de 2017 assim pode ser demonstrada:

Quadro 09

BALANÇO FINANCEIRO DE 2017

INGRESSOS			
	Nota	2017	2016
Receita Orçamentária (I)		23.822.742,22	25.090.635,06
Ordinária		9.627.995,18	10.487.053,64
100 - Recursos Ordinários do Exercício Corrente		9.627.995,18	10.487.053,64
Vinculada		14.194.747,04	14.603.581,42
101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação do Exercício Corrente		1.098.528,39	486.512,64
102 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde do Exercício Corrente		2.183.662,84	2.215.384,58
103 - Contribuição para o RPPS (Patronal, servidores e compensação financeira) do Exercício Corrente		2.292.860,95	2.544.174,59
116 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE do Exercício Corrente		32.602,67	23.615,98
117 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP do Exercício Corrente		384.547,31	360.846,26
118 - Transferências do FUNDEB (Remuneração dos profissionais do Magisterio 60%) do Exercício Corrente		2.824.195,11	2.845.577,35
119 - Transferências do FUNDEB (Aplicação em outras despesas da Educação Básica) do Exercício Corrente		1.882.798,72	1.897.053,17
122 - Transferências de Convênios - Educação do Exercício Corrente		344.305,01	142.144,77
123 - Transferências de Convênios - Saúde do Exercício Corrente		1.863,34	105.989,36
124 - Transferências de Convênios - Outros (Não relacionados à Educação/Saúde/Assist.Social) do Exercício Corrente		193.531,32	404.299,95
129 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS do Exercício Corrente		333.163,33	208.554,84
143 - Transferências Recursos do FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE do Exercício Corrente		327,22	5.343,48
144 - Transferências Recursos do FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE do Exercício Corrente		139.114,67	127.398,85
145 - Transferências Recursos do FNDE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE do Exercício Corrente		143.744,12	140.817,59
146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE do Exercício Corrente		247.461,87	178.254,52
147 - Salário Educação do Exercício Corrente		384.171,28	378.175,47
148 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica do Exercício Corrente		1.227.914,95	2.054.780,13
149 - Transf. Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Exercício Corrente		72.362,13	78.093,25
150 - Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde do Exercício Corrente		95.462,95	122.177,26
151 - Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica do Exercício Corrente		40.362,97	19.901,28
153 - Transf. Recursos do SUS para Investimento na Rede de Serviços de Saúde do Exercício Corrente		1.675,28	53.725,09
155 - Outras Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde do Exercício Corrente		247.358,42	138.760,08
156 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS do Exercício Corrente		20.766,03	21.807,16
157 - Multas de Trânsito do Exercício Corrente		553,34	0,00

190 - Operações de Crédito Internas do Exercício Corrente	82,93	126,77
192 - Alienação de Bens do Exercício Corrente	1.329,89	50.067,00
<u>Transferências Financeiras Recebidas (II)</u>	1.091.741,16	980.755,72
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.091.741,16	990.289,40
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	(9.533,68)
<u>Recebimentos Extra Orçamentários (III)</u>	4.522.112,55	3.581.506,92
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	328.990,34	12.060,35
Inscrição de Restos a Pagar Processados	2.093.814,26	1.073.094,46
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.098.405,43	2.492.393,32
Outros Recebimentos Extraorçamentários	902,52	3.958,79
<u>Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)</u>	7.175.238,45	6.085.483,63
Caixa e Equivalentes de Caixa	7.045.313,89	5.818.230,92
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	129.924,56	267.252,71
TOTAL	36.611.834,38	35.738.381,33

DISPÊNDIOS

	Nota	2017	2016
<u>Despesa Orçamentária (VI)</u>		22.878.120,35	21.719.024,80
Ordinária		7.571.959,50	6.079.364,80
100 - Recursos Ordinários do Exercício Corrente		7.571.959,50	6.079.364,80
Vinculada		15.306.160,85	15.639.660,00
101 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação do Exercício Corrente		1.571.757,21	1.918.201,11
102 - Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde do Exercício Corrente		4.498.845,05	3.812.198,22
103 - Contribuição para o RPPS (Patronal, servidores e compensação financeira) do Exercício Corrente		841.381,04	798.327,17
116 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE do Exercício Corrente		29.528,29	18.251,64
117 - Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP do Exercício Corrente		393.069,85	313.530,19
118 - Transferências do FUNDEB (Remuneração dos profissionais do Magisterio 60%) do Exercício Corrente		3.056.633,72	2.915.759,94
119 - Transferências do FUNDEB (Aplicação em outras despesas da Educação Básica) do Exercício Corrente		1.715.321,73	1.797.092,62
122 - Transferências de Convênios - Educação do Exercício Corrente		342.782,13	143.566,90
123 - Transferências de Convênios - Saúde do Exercício Corrente		0,00	182.884,72
124 - Transferências de Convênios - Outros (Não relacionados à Educação/Saúde/Assist.Social) do Exercício Corrente		214.946,94	704.632,88

129 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS do Exercício Corrente	196.942,13	188.239,63
143 - Transferências Recursos do FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE do Exercício Corrente	3.269,91	751,00
144 - Transferências Recursos do FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE do Exercício Corrente	128.436,69	119.803,14
145 - Transferências Recursos do FNDE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE do Exercício Corrente	136.474,84	140.832,77
146 - Outras Transferências de Recursos do FNDE do Exercício Corrente	40.704,54	131.463,36
147 - Salário Educação do Exercício Corrente	375.220,18	372.503,62
148 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica do Exercício Corrente	1.248.995,57	1.626.964,65
149 - Transf. Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Exercício Corrente	56.746,49	70.255,90
150 - Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde do Exercício Corrente	97.242,02	172.152,85
151 - Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica do Exercício Corrente	24.744,56	17.568,25
152 - Transferências de Recursos do SUS para Gestão do SUS do Exercício Corrente	0,00	0,00
155 - Outras Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde do Exercício Corrente	110.571,73	140.896,18
156 - Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS do Exercício Corrente	19.888,00	45.521,62
157 - Multas de Trânsito do Exercício Corrente	0,00	8.261,64
229 - Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS do Exercício Anterior	11.171,35	0,00
243 - Transferências Recursos do FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola PDDE do Exercício Anterior	2.887,75	0,00
245 - Transferências Recursos do FNDE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE do Exercício Anterior	579,96	0,00
248 - Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica do Exercício Anterior	111.212,54	0,00
255 - Outras Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde do Exercício Anterior	76.806,63	0,00
<u>Transferências Financeiras Concedidas (VII)</u>	1.091.741,96	980.755,72
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	1.091.741,96	980.755,72
<u>Pagamentos Extra Orçamentários (VIII)</u>	3.168.193,27	5.863.362,36
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	0,00	155.773,78
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.036.840,90	2.909.274,35
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.131.352,37	2.798.314,23
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
<u>Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)</u>	9.473.778,80	7.175.238,45
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.362.676,76	7.045.313,89
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	111.102,04	129.924,56
TOTAL	36.611.834,38	35.738.381,33

ESPECIFICAÇÃO	Exercício de 2017			Exercício de 2016		
	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo	Receita Orçamentária	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d)	(e)	(f) = (d - e)
Ordinária	9.627.995,18	0,00	9.627.995,18	10.487.053,64	0,00	10.487.053,64
Vinculada	16.973.248,12	(2.778.501,08)	14.194.747,04	17.457.048,18	(2.853.466,76)	14.603.581,42
101-Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação do Exercício Corrente	3.877.029,47	(2.778.501,08)	1.098.528,39	3.320.925,76	(2.834.413,12)	486.512,64
102-Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde do Exercício Corrente	2.183.662,84	0,00	2.183.662,84	2.215.384,58	0,00	2.215.384,58
103-Contribuição para o RPPS (Patronal, servidores e compensação financeira) do Exercício Corrente	2.292.860,95	0,00	2.292.860,95	2.563.228,23	(19.053,64)	2.544.174,59
116-Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE do Exercício Corrente	32.602,67	0,00	32.602,67	23.615,98	0,00	23.615,98
117-Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP do Exercício Corrente	384.547,31	0,00	384.547,31	360.846,26	0,00	360.846,26
118-Transferências do FUNDEB (Remuneração dos profissionais do Magisterio - 60%) do Exercício Corrente	2.824.195,11	0,00	2.824.195,11	2.845.577,35	0,00	2.845.577,35
119-Transferências do FUNDEB (Aplicação em outras despesas da Educação Básica) do Exercício Corrente	1.882.798,72	0,00	1.882.798,72	1.897.053,17	0,00	1.897.053,17
122-Transferências de Convênios - Educação do Exercício Corrente	344.305,01	0,00	344.305,01	142.144,77	0,00	142.144,77
123-Transferências de Convênios - Saúde do Exercício Corrente	1.863,34	0,00	1.863,34	105.989,36	0,00	105.989,36
124-Transferências de Convênios - Outros (Não relacionados à Educação/Saúde/Assist.Social) do Exercício	193.531,32	0,00	193.531,32	404.299,95	0,00	404.299,95
129-Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS do Exercício Corrente	333.163,33	0,00	333.163,33	208.554,84	0,00	208.554,84
143-Transferências Recursos do FNDE - Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE do Exercício Corrente	327,22	0,00	327,22	5.343,48	0,00	5.343,48
144-Transferências Recursos do FNDE - Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE do Exercício	139.114,67	0,00	139.114,67	127.398,85	0,00	127.398,85
145-Transferências Recursos do FNDE - Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE do	143.744,12	0,00	143.744,12	140.817,59	0,00	140.817,59
146-Outras Transferências de Recursos do FNDE do Exercício Corrente	247.461,87	0,00	247.461,87	178.254,52	0,00	178.254,52
147-Salário Educação do Exercício Corrente	384.171,28	0,00	384.171,28	378.175,47	0,00	378.175,47
148-Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica do Exercício Corrente	1.227.914,95	0,00	1.227.914,95	2.054.780,13	0,00	2.054.780,13
149-Transf. Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar do Exercício	72.362,13	0,00	72.362,13	78.093,25	0,00	78.093,25
150-Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde do Exercício Corrente	95.462,95	0,00	95.462,95	122.177,26	0,00	122.177,26
151-Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica do Exercício Corrente	40.362,97	0,00	40.362,97	19.901,28	0,00	19.901,28
153-Transf. Recursos do SUS para Investimento na Rede de Serviços de Saúde do Exercício Corrente	1.675,28	0,00	1.675,28	53.725,09	0,00	53.725,09
155-Outras Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde do Exercício Corrente	247.358,42	0,00	247.358,42	138.760,08	0,00	138.760,08
156-Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS do Exercício Corrente	20.766,03	0,00	20.766,03	21.807,16	0,00	21.807,16
157-Multas de Trânsito do Exercício Corrente	553,34	0,00	553,34	0,00	0,00	0,00
190-Operações de Crédito Internas do Exercício Corrente	82,93	0,00	82,93	126,77	0,00	126,77
192-Alienação de Bens do Exercício Corrente	1.329,89	0,00	1.329,89	50.067,00	0,00	50.067,00
TOTAL	26.601.243,30	(2.778.501,08)	23.822.742,22	27.944.101,82	(2.853.466,76)	25.090.635,06

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Procedimentos adotados relativos à execução financeira:

- O novo formulário do Balanço Financeiro está adquadado à IPC 06 – Instrução de Procedimento contábil, editado pela STN.
- As receitas e as despesas foram demonstradas pelas respectivas fontes de recursos;
- O processo de pagamento assegura que foram cumpridas todas as formalidades legais;
- O boletim diário de caixa foi escriturado diariamente;
- As conciliações bancárias foram elaboradas mensalmente;
- Os recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas, sendo que os saldos não aplicados mantiveram-se na conta bancária vinculada para ser aplicado no exercício seguinte, conforme determina o parágrafo único, do art. 8º, da Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Os rendimentos de aplicações financeiras de recursos vinculados foram devidamente aplicados nas finalidades específicas;
- As aplicações financeiras foram realizadas somente nos bancos oficiais (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal), conforme determina o § 3º, art. 164, da Constituição da República;
- A inscrição e os respectivos desembolsos com pagamento Restos a Pagar, utilizou-se da nova metodologia de inscrição, somente no grupo de contas orçamentárias, mas destacado no campo das receitas deste demonstrativo para que haja o equilíbrio financeiro do mesmo, nos termos da IPC 06.
- O balanço financeiro confere com o quadro de apuração de receitas e despesas.

Apresenta-se a seguir a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso (previsto e realizado).

Quadro 10

METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO		
2017		
Meses	Receitas Previstas (R\$)	Receitas Arrecadadas(R\$)
Janeiro	2.461.914,87	2.192.222,81
Fevereiro	2.513.571,41	2.299.042,96
Março	2.490.818,06	1.855.642,06
Abril	2.489.754,19	1.745.837,06
Maio	2.577.939,61	1.841.909,89
Junho	2.649.622,31	1.633.400,30
Julho	2.498.054,66	2.266.598,29

METAS MENSAIS DE ARRECADAÇÃO		
2017		
Meses	Receitas Previstas (R\$)	Receitas Arrecadadas(R\$)
Agosto	2.661,167,70	1.733.074,49
Setembro	2.406.074,38	1.989.425,53
Outubro	2.483.568,73	1.754.724,40
Novembro	2.494.405,55	1.723.555,03
Dezembro	2.985.151,61	2.787.309,40
TOTAL	30.711.973,08	23.822.742,22

Quadro 11

PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA MENSAL		
2017		
Meses	Despesa Prevista (R\$)	Despesa Empenhada (R\$)
Janeiro	2.461.917,87	134.481,99
Fevereiro	2.513.571,41	997.474,76
Março	2.490.818,06	1.555.795,53
Abril	2.489.754,19	1.949.789,02
Maiο	2.577.839,61	2.162.499,70
Junho	2.649.622,31	1.639.413,23
Julho	2.498.054,66	1.709.099,22
Agosto	2.661,167,70	2.258.117,35
Setembro	2.406.074,38	1.773.746,40
Outubro	2.483.568,73	1.771.174,93
Novembro	2.494.405,55	1.929.879,84
Dezembro	2.985.151,61	4.996.648,38
TOTAL	30.711.943,08	22.878.120,35

Quadro 12

CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO		
2017		
Meses	Pagamentos Previstos (R\$)	Pagamentos Realizados (R\$)
Janeiro	2.461.917,87	134.481,99
Fevereiro	2.513.571,41	997.474,76
Março	2.490.818,06	1.555.795,53
Abril	2.489.754,19	1.949.789,02
Maio	2.577.839,61	2.162.499,70
Junho	2.649.622,31	1.639.413,23
Julho	2.498.054,66	1.709.099,22
Agosto	2.661,167,70	2.258.117,35
Setembro	2.406.074,38	1.773.746,40
Outubro	2.483.568,73	1.771.174,93
Novembro	2.494.405,55	1.929.879,84
Dezembro	2.985.151,61	4.996.648,38
TOTAL	30.711.943,08	22.878.120,35

6. Avaliação dos resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão patrimonial

De forma resumida, assim pode ser demonstrado o patrimônio do Município nos exercícios de 2016 e 2017:

6.1. Balanço Patrimonial comparado

Quadro 13
BALANÇO PATRIMONIAL DE 2017

			Nota	Exercício 2017	Exercício 2016
ATIVO					
<u>Ativo Circulante</u>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	9.362.676,76	7.045.313,89	Créditos a Curto Prazo	123.741,70	143.466,74
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo				0,00	0,00
Estoques				0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente				0,00	0,00
<i>Total do Ativo Circulante</i>				9.486.418,46	7.188.780,63
<u>Ativo Não Circulante</u>					
Realizável a Longo Prazo				3.237.238,43	1.767.348,48
Créditos a Longo Prazo	3.237.238,43	1.767.348,48	Investimentos Temporários a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques				0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente				0,00	0,00
Investimentos				0,00	0,00
Imobilizado				18.277.205,80	17.855.673,51
Intangível				0,00	0,00
<i>Total do Ativo Não Circulante</i>				21.514.444,23	19.623.021,99
TOTAL DO ATIVO				31.000.862,69	26.811.802,62

	Nota	Exercício 2017	Exercício 2016
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
<u>Passivo Circulante</u>			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto		1.290.997,91	815.732,02
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo		0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo		800.298,53	425.201,27
Obrigações Fiscais a Curto Prazo		0,00	0,00
Obrigações de Repartições a Outros Entes		0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo		0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo		246.001,49	313.458,40
<i>Total do Passivo Circulante</i>		2.337.297,93	1.554.391,69
<u>Passivo Não Circulante</u>			
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo		2.602.701,43	2.755.892,90
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo 306.895,15 406.795,51 Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo 0,00 0,00			
Obrigações Fiscais a Longo Prazo 0,00 0,00 Provisões a Longo Prazo 8.735.873,62 8.735.873,62 Demais Obrigações a Longo Prazo 0,00 0,00			
Resultado Diferido		0,00	0,00
<i>Total do Passivo Não Circulante</i>		11.645.470,20	11.898.562,03
<u>Patrimônio Líquido</u>			
Patrimônio Social e Capital Social		0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital		0,00	0,00
Reservas de Capital		0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial		0,00	0,00
Reservas de Lucros		0,00	0,00
Demais Reservas		0,00	0,00
Resultados Acumulados		17.018.094,56	13.358.848,90
(-) Ações / Cotas em Tesouraria		0,00	0,00
<i>Total do Patrimônio Líquido</i>		17.018.094,56	13.358.848,90
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		31.000.862,69	26.811.802,62

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES - LEI Nº 4320/64			
	Nota	Exercício 2017	Exercício 2016
ATIVO (I)			
Ativo Financeiro		9.473.778,80	7.175.238,45
Ativo Permanente		21.527.083,89	19.636.564,17
<i>Total do Ativo</i>		31.000.862,69	26.811.802,62
PASSIVO (II)			
Passivo Financeiro		2.666.288,27	1.566.452,04
Passivo Permanente		11.645.470,20	11.898.562,03
<i>Total do Passivo</i>		14.311.758,47	13.465.014,07
Saldo Patrimonial (I-II)		16.689.104,22	13.346.788,55

QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO - LEI Nº 4320/64			
	Nota	Exercício 2017	Exercício 2016
Atos Potenciais Ativos			
Garantias e Contra garantias recebidas		0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Direitos Contratuais		0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos		0,00	0,00
<i>TOTAL DO Atos Potenciais Ativos</i>		0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos			
Garantias e Contra garantias concedidas		0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres		0,00	0,00
Obrigações contratuais		0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos		0,00	0,00
<i>TOTAL DO Atos Potenciais Passivos</i>		0,00	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

FONTES DE RECURSOS	Nota	2017	2016
Recursos Ordinários do Exercício Corrente	(479.940,77)	1.474.815,70	
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	(337.739,23)	(1.248.525,27)	
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde do	(591.033,51)	(1.348.300,44)	103 Contribuição para o RPPS (Patronal, servidores e compensação 6.918.830,51 5.467.350,60 116 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE do 6.879,26 5.364,34 117 Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - 77.315,35 (48.018,02)
Transferências do FUNDEB (Remuneração dos profissionais do	1.577,01	(29.987,65)	
Transferências do FUNDEB (Aplicação em outras despesas da	(1.577,01)	109.948,70	122 Transferências de Convênios - Educação do Exercício Corrente 37.810,42 (1.422,13) 123 Transferências de Convênios - Saúde do Exercício Corrente 55.949,04 (76.895,36) 124 Transferências de Convênios - Outros (Não relacionados à 177.590,59 (298.256,93) 129 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social 232.491,94 22.188,80 143 Transferências Recursos do FNDE - Programa Dinheiro Direto na 3.360,27 4.592,48
144 Transferências Recursos do FNDE - Programa Nacional de	11.067,22	7.595,71	145 Transferências Recursos do FNDE - Programa Nacional de Apoio ao 8.165,98 20.795,60 146 Outras Transferências de Recursos do FNDE do Exercício Corrente 278.408,80 195.691,16
Salário Educação do Exercício Corrente	9.053,86	5.671,85	
Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica do Exercício	102.087,25	539.210,84	149 Transf. Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta 26.286,30 7.837,35 150 Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde do 1.607,48 (47.252,35) 151 Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica do 44.986,45 2.333,03 153 Transf. Recursos do SUS para Investimento na Rede de Serviços de 38.910,57 53.725,09
155 Outras Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde do	159.980,40	(2.136,10)	156 Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social 3.273,73 (23.714,46)
157 Multas de Trânsito do Exercício Corrente		290,84	(8.261,64)
190 Operações de Crédito Internas do Exercício Corrente		1.543,80	126,77
192 Alienação de Bens do Exercício Corrente	24.755,04	50.067,00	200 Recursos Ordinários do Exercício Anterior 0,00 (298.214,36)
201 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação	0,00	(217.396,15)	
202 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde do	0,00	(249.509,33)	

216 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE do 0,00 67,19	217 Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - 0,00 53.250,32	218 Transferências do FUNDEB (Remuneração dos profissionais do 0,00 253.260,37	219 Transferências do FUNDEB (Aplicação em outras despesas da 0,00 (9.988,15)	222 Transferências de Convênios - Educação do Exercício Anterior 0,00 102.575,68	223 Transferências de Convênios - Saúde do Exercício Anterior 0,00 50.766,96	224 Transferências de Convênios - Outros (Não relacionados à 0,00 515.947,12	229 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (350,00) 88.601,18	
Transferências Recursos do FNDE - Programa Dinheiro Direto na	(2.887,75)	959,48						
Transferências Recursos do FNDE - Programa Nacional de 0,00	(3.350,57)							
Transferências Recursos do FNDE - Programa Nacional de Apoio ao	(579,96)	(3.970,96)						
Outras Transferências de Recursos do FNDE do Exercício Anterior	0,00	19.291,47						
Salário Educação do Exercício Anterior 0,00	379,22							
Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica do Exercício 0,00 90.970,91	249 Transf. Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta 0,00 1.425,17	250 Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde do 0,00 49.013,27	251 Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica do 0,00 26.538,64	253 Transf. Recursos do SUS para Investimento na Rede de Serviços de 0,00 111.671,20	255 Outras Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde do (623,35) 78.942,73	256 Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social 0,00 30.801,68	290 Operações de Crédito Internas do Exercício Anterior 0,00 1.334,10	
292 Alienação de Bens do Exercício Anterior 0,00 80.874,57								
<i>Total das Fontes de Recursos</i>							6.807.490,53	5.608.786,41

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

O Balanço Patrimonial demonstra a posição patrimonial da entidade no final do período, com detalhe das contas representativas das disponibilidades de bens, direitos e obrigações, evidenciando o saldo patrimonial da entidade - patrimônio líquido.

Os saldos iniciais de todas as contas são idênticos ao saldo final apresentado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.

Ativo Circulante

- Caixa - não constam valores em caixa (disponibilidade de valores em espécie), conforme verificação efetuada no Balanço Financeiro e no Termo de Conferência de Caixa em 31/12/2017.
- Bancos - os saldos dos bancos conferem com os extratos bancários devidamente conciliados em 31/12/2017.

Ativo Não circulante

- Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial - os saldos dos Bens Móveis, Imóveis e de Natureza Industrial conferem com o Inventário Geral Analítico de 31/12/2017, sendo que os bens incorporados e desincorporados estão especificados na relação denominada Demonstrativo dos Bens Incorporados e Desincorporados. Constatou-se que é mantido de forma organizada o registro analítico dos bens de natureza permanente, que são expedidos termos de responsabilidade dos bens, que há controle de incorporações e desincorporações e que o inventário analítico foi elaborado de acordo com as exigências legais.
- Estoques- o saldo dos bens em Estoque confere com o Inventário dos bens em estoque de 31/12/2017 (ou declaração do Setor de Almoxarifado). Para evitar quaisquer tipos de desvios é mantido de forma eficiente o controle de entradas e saídas do estoque, permitindo verificar e assegurar a consistência com a parte física. As instalações do(s) almoxarifado(s) estão em bom estado de conservação, podendo nela(s) serem armazenados os estoques.
- Dívida Ativa Tributária - o saldo da Dívida Ativa Tributária confere com a Declaração do Setor de Tributação em 31/12/2017 e os lançamentos de inscrições e cobranças foram registrados corretamente. Constatou-se que existe sistema de cobrança administrativa e judicial, controle dos prazos prescricionais e que o cadastro de contribuinte está atualizado.
- Ações - o saldo das Ações confere com as declarações (ou com o valor publicado nos jornais).

Passivo Circulante

- Os valores de Restos a pagar de 2017 passam a compor a conta Fornecedores e outras no grupo de contas 2.1., sendo que seu tratamento passa a ser orçamentário e tem anexo específico no Balanço orçamentário.
- As Consignações estão consolidadas nas contas 2188.0.00.00 e os saldos dos depósitos em consignações conferem com os valores a recolher para terceiros em curto prazo.

Passivo não circulante

- Empréstimos e financiamentos a longo prazo - os saldos dos empréstimos, financiamentos e parcelamentos conferem com as Certidões/Declarações expedidas pelas entidades credoras em 31/12/2017.

Patrimônio Líquido

O saldo patrimonial é o apurado nas contas 2.3, tendo destaque para a conta de Resultados Acumulados que é a diferença apurada no Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

6.1.1. Anexos do Balanço Patrimonial

6.1.1.1. Demonstrativo de Superávit financeiro

O superávit financeiro é a diferença entre o ativo financeiro e o passivo financeiro. Considerando que estas informações estão disponíveis em anexo do balanço patrimonial, tais informações vieram para preencher esta lacuna, sendo o resultado apurado por meio dos atributos de contas contábeis “P” e “F”, devidamente vinculado às respectivas fontes de recursos, com a visão da Lei Federal 4.320/64.

Quadro 14

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

FONTES DE RECURSOS	Nota	2017	2016
Recursos Ordinários do Exercício Corrente (479.940,77)	1.474.815,70		
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação (337.739,23)	(1.248.525,27)		
Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde do (591.033,51) (1.348.300,44) 103 Contribuição para o RPPS (Patronal, servidores e compensação 6.918.830,51 5.467.350,60 116 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE do 6.879,26 5.364,34 117 Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - 77.315,35 (48.018,02)			
Transferências do FUNDEB (Remuneração dos profissionais do 1.577,01 (29.987,65)			
Transferências do FUNDEB (Aplicação em outras despesas da (1.577,01) 109.948,70 122 Transferências de Convênios - Educação do Exercício Corrente 37.810,42 (1.422,13) 123 Transferências de Convênios - Saúde do Exercício Corrente 55.949,04 (76.895,36) 124 Transferências de Convênios - Outros (Não relacionados à 177.590,59 (298.256,93) 129 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social 232.491,94 22.188,80 143 Transferências Recursos do FNDE - Programa Dinheiro Direto na 3.360,27 4.592,48			
144 Transferências Recursos do FNDE - Programa Nacional de 11.067,22 7.595,71 145 Transferências Recursos do FNDE - Programa Nacional de Apoio ao 8.165,98 20.795,60 146 Outras Transferências de Recursos do FNDE do Exercício Corrente 278.408,80 195.691,16			
Salário Educação do Exercício Corrente 9.053,86 5.671,85			
Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica do Exercício 102.087,25 539.210,84 149 Transf. Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta 26.286,30 7.837,35 150 Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde do 1.607,48 (47.252,35) 151 Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica do 44.986,45 2.333,03 153 Transf. Recursos do SUS para Investimento na Rede de Serviços de 38.910,57 53.725,09			
155 Outras Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde do 159.980,40 (2.136,10) 156 Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social 3.273,73 (23.714,46)			
157 Multas de Trânsito do Exercício Corrente		290,84	(8.261,64)
190 Operações de Crédito Internas do Exercício Corrente		1.543,80	126,77
192 Alienação de Bens do Exercício Corrente 24.755,04 50.067,00 200 Recursos Ordinários do Exercício Anterior 0,00 (298.214,36)			
203 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Educação 0,00 (217.396,15)			
204 Receitas de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde do 0,00 (249.509,33)			

216 Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE do 0,00 67,19	217 Contribuição para Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - 0,00 53.250,32	218 Transferências do FUNDEB (Remuneração dos profissionais do 0,00 253.260,37	219 Transferências do FUNDEB (Aplicação em outras despesas da 0,00 (9.988,15)	222 Transferências de Convênios - Educação do Exercício Anterior 0,00 102.575,68	223 Transferências de Convênios - Saúde do Exercício Anterior 0,00 50.766,96	224 Transferências de Convênios - Outros (Não relacionados à 0,00 515.947,12	229 Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social (350,00) 88.601,18
Transferências Recursos do FNDE - Programa Dinheiro Direto na	(2.887,75)	959,48					
Transferências Recursos do FNDE - Programa Nacional de 0,00	(3.350,57)						
Transferências Recursos do FNDE - Programa Nacional de Apoio ao	(579,96)	(3.970,96)					
Outras Transferências de Recursos do FNDE do Exercício Anterior	0,00	19.291,47					
Salário Educação do Exercício Anterior 0,00	379,22						
Transferências de Recursos do SUS para Atenção Básica do Exercício 0,00 90.970,91	249 Transf. Recursos do SUS para Atenção de Média e Alta 0,00 1.425,17	250 Transferências de Recursos do SUS para Vigilância em Saúde do 0,00 49.013,27	251 Transferências de Recursos do SUS para Assistência Farmacêutica do 0,00 26.538,64	253 Transf. Recursos do SUS para Investimento na Rede de Serviços de 0,00 111.671,20	255 Outras Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Saúde do (623,35) 78.942,73	256 Transferências de Recursos do Fundo Estadual de Assistência Social 0,00 30.801,68	290 Operações de Crédito Internas do Exercício Anterior 0,00 1.334,10
292 Alienação de Bens do Exercício Anterior 0,00 80.874,57							
<i>Total das Fontes de Recursos</i>						6.807.490,53	5.608.786,41

Sendo assim, o superávit financeiro ocorreu no valor de **R\$ 6.807.490,53** (seis milhões oitocentos e sete mil quatrocentos e noventa reais e cinquenta e três centavos).

6.2. Demonstração das Variações Patrimoniais

Quadro 15

Demonstração das Variações Patrimoniais até o mês de dezembro de 2017.

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

Valores em R\$

	Nota	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS			
<u>Impostos, taxas e contribuições de melhoria</u>			
Impostos		657.753,45	548.833,20
Taxas		29.995,84	61.227,45
Contribuições de melhoria		0,00	0,00
		687.749,29	610.060,65
<u>Contribuições</u>			
Contribuições sociais		0,00	0,00
Contribuições de intervenção no domínio econômico		0,00	0,00
Contribuição de iluminação pública		380.402,66	360.846,26
Contribuições de interesse das categorias profissionais		0,00	0,00
		380.402,66	360.846,26
<u>Exploração e venda de bens, serviços e direitos</u>			
Venda de mercadorias		0,00	0,00
Venda de produtos		0,00	0,00
Exploração de bens e direitos e prestação de serviços		0,00	10.306,75
		0,00	10.306,75
<u>Variações patrimoniais aumentativas financeiras</u>			
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos concedidos		0,00	0,00
Juros e encargos de mora	4.208,56	5.001,52	Variações monetárias e cambiais
		0,00	0,00
Descontos financeiros obtidos		0,00	0,00
Remuneração de depósitos bancários e aplicações financeiras		147.166,54	217.554,23
Outras variações patrimoniais aumentativas - financeiras		0,00	0,00
		151.375,10	222.555,75
<u>Transferências e delegações recebidas</u>			
Transferências intragovernamentais		0,00	7.187,69
Transferências inter governamentais	18.404.474,47	19.147.868,20	Transferências das instituições privadas
		0,00	0,00
Transferências das instituições multigovernamentais		4.673.457,27	4.699.670,36
Transferências de consórcios públicos		0,00	0,00
Transferências do exterior		0,00	0,00
Execução orçamentária delegada		0,00	0,00
Transferências de pessoas físicas		0,00	0,00
Outras transferências e delegações recebidas		0,00	0,00
		23.077.931,74	23.854.726,25
<u>Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos</u>			
Reavaliação de ativos		0,00	0,00
Ganhos com alienação		0,00	0,00

Ganhos com incorporação de ativos	0,00	0,00
Desincorporação de passivos	232.120,18	1.068.010,85
Reversão de redução a valor recuperável	0,00	0,00
	232.120,18	1.068.010,85

<u>Outras variações patrimoniais aumentativas</u>		
Varição patrimonial aumentativa a classificar	0,00	0,00
Resultado positivo de participações	0,00	0,00
Reversão de provisões e ajustes de perdas	0,00	0,00
Diversas variações patrimoniais aumentativas	1.615.169,68	6.786.299,35
	<hr/>	<hr/>
	1.615.169,68	6.786.299,35
<i>Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)</i>	<hr/>	<hr/>
	26.144.748,65	32.912.805,86
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
<u>Pessoal e encargos</u>		
Remuneração a pessoal	8.121.591,52	7.130.310,02
Encargos patronais	3.223.581,72	3.328.887,92
Benefícios a pessoal	221.005,57	489.372,45
Outras variações patrimoniais diminutivas - Pessoal e encargos	0,00	0,00
	<hr/>	<hr/>
	11.566.178,81	10.948.570,39
<u>Benefícios previdenciários e assistenciais</u>		
Aposentadorias e reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de prestação continuada	0,00	0,00
Benefícios eventuais	0,00	0,00
Políticas públicas de transferência de renda	0,00	0,00
Outros benefícios previdenciários e assistenciais	12.181,00	11.440,00
	<hr/>	<hr/>
	12.181,00	11.440,00
<u>Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo</u>		
Uso de material de consumo	2.235.835,25	3.197.772,83
Serviços	4.544.915,66	3.602.324,18
Depreciação, amortização e exaustão	278.084,61	0,00
	<hr/>	<hr/>
	7.058.835,52	6.800.097,01
<u>Variações patrimoniais diminutivas financeiras</u>		
Juros e encargos de empréstimos e financiamentos obtidos	40.928,12	42.207,56
Juros e encargos de mora	11.918,56	686,22
Variações monetárias e cambiais	0,00	0,00
Descontos financeiros concedidos	0,00	0,00
Outras variações patrimoniais diminutivas - financeiras	0,00	0,00
	<hr/>	<hr/>
	52.846,68	42.893,78
<u>Transferências e delegações concedidas</u>		
Transferências intragovernamentais	1.091.741,96	973.568,03
Transferências inter governamentais	2.778.501,08	2.834.413,12
Transferências a instituições privadas	48.000,00	90.709,82

Prestação de Contas Anual de 2017

Transferências a instituições multigovernamentais	8.928,00	16.614,00
Transferências a consórcios públicos	218.762,74	204.575,12
Transferências ao exterior	0,00	0,00
Execução orçamentária delegada	0,00	90.401,84
Outras transferências e delegações concedidas	0,00	0,00
	<hr/>	<hr/>
	4.145.933,78	4.210.281,93

<u>Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos</u>		
Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste para perdas	0,00	0,00
Perdas com alienação	0,00	0,00
Perdas involuntárias	0,00	0,00
Incorporação de passivos	0,00	0,00
Desincorporação de ativos	0,00	0,00
	0,00	0,00
<u>Tributárias</u>		
Impostos, taxas e contribuições de melhoria	0,00	0,00
Contribuições	427.678,90	217.442,86
	427.678,90	217.442,86
<u>Custo das mercadorias vendidas, dos produtos vendidos e dos serviços prEstados</u>		
Custo de mercadorias vendidas - CMV	0,00	0,00
Custo de produtos vendidos - cpv	0,00	0,00
Custo de serviços prEstados - csp	0,00	0,00
	0,00	0,00
<u>Outras variações patrimoniais diminutivas</u>		
Premiações	0,00	0,00
Resultado negativo de participações	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções econômicas	0,00	0,00
Participações e contribuições	0,00	0,00
Vpd de constituição de provisões	0,00	0,00
Diversas variações patrimoniais diminutivas	682.710,50	6.256.218,54
	682.710,50	6.256.218,54
<i>Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)</i>	23.946.365,19	28.486.944,51
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I - II)	2.198.383,46	4.425.861,35

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio durante o exercício, que são resultantes ou independentes da execução orçamentária, evidenciando o resultado patrimonial apurado no exercício.

Variações Patrimoniais

- As variações patrimoniais podem ser qualitativas ou quantitativas. No caso de quantitativas podem ser aumentativas ou diminutivas.

- As mutações patrimoniais não têm mais o conceito de orçamentário apenas. São apenas conceitos econômico e dependem do fato gerador para serem reconhecidas. Fazem parte destas variações as prestações de serviços, os juros, a depreciação, as provisões.
- O total de bens móveis e imóveis incorporados por aquisição não mais fazem parte deste demonstrativo, pois são consideradas variações qualitativas, ou sejam, não alteram as contas do patrimônio líquido.
- Assim também as variações relacionadas a seguir não constam mais deste quadro demonstrativo, por se tratarem de variações qualitativas:
 - ✓ Compra de bens a vista
 - ✓ Compra de bens a prazo
 - ✓ Alienação de bens
 - ✓ Empréstimo tomado
 - ✓ Pagamento de empréstimo

Resultado Patrimonial

O resultado patrimonial é a diferença entre as Variações aumentativas e as variações diminutivas e representa as alterações patrimoniais do exercício, que são levadas por meio de encerramento de contas para a conta “Resultados Acumulados”, constantes do Patrimônio Líquido.

Em 2017, apurou-se um resultado positivo de R\$ 2.198.383,46 (dois milhões cento e noventa e oito mil trezentos e oitenta e três reais e quarenta e seis centavos).

6.3. Demonstração da Dívida Fundada Interna

Quadro 16

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA						
EXERCÍCIO DE 2017						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Emissão	Atualização	Resgate	Cancelamento	Saldo Atual
Por Contratos	3.162.688,41	0,00	0,00	253.091,83	0,00	2.909.596,58
Por Títulos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	3.162.688,41	0,00	0,00	253.091,83	0,00	2.909.596,58

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta, inclusive as dívidas entre entidades da mesma esfera governamental.

Este quadro demonstra a dívida de curto e de longo prazo, ou seja, a dívida com prazo de pagamento superior a 12 meses. Todas as obrigações de curto e de longo prazo (empréstimos, financiamentos e parcelamentos) estão corretamente demonstradas na Dívida Fundada.

- O saldo anterior apresentado na Demonstração da Dívida Fundada confere com o saldo apurado no final do ano anterior.
- Não se podem mais reconhecer como empréstimos e financiamentos a relação com as contas orçamentárias, pois pode-se reconhecer um passivo pelo fato gerador, independentemente de ele ter sido empenhado ou não.
- Os parcelamentos de débito com INSS e outros, contraídos no exercício conferem com o valor da emissão da dívida apresentado na Demonstração da Dívida Fundada e respectivos contratos.
- Não houve cancelamentos de saldo da Dívida Fundada.

6.4. Limites da Dívida

Quadro 17

APURAÇÃO DOS LIMITES DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
EXERCÍCIO DE 2017		
TÍTULOS	2016 (R\$)	2017 (R\$)
Dívida Consolidada Líquida (A)	3162688,41	2.909.596,58
Receita Corrente Líquida (B)	22.708.336,44	21.937.645,96
Comprometimento da Dívida Consolidada Líquida em relação à Receita Corrente Líquida (A / B)	0,14	0,13
Limite de máximo de endividamento em 2015 (1,2 ou o índice apurado conforme artigos 3º e 4º da Resolução 40/01 do Senado Federal e suas alterações.)		1,20

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

No exercício de 2017 a Dívida Consolidada Líquida do Município correspondia a menos de 1,2 (um inteiro e dois décimos) vezes a receita corrente líquida,

mantendo-se abaixo deste fator, estando, portanto, dentro dos limites permitidos pela Resolução 40, de 20/12/2001, do Senado Federal.

6.5. Demonstração da Dívida Flutuante

Quadro 18

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FLUTUANTE						
EXERCÍCIO DE 2017						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Restos a Pagar	1.318.650,36	2.560.121,96	0,00	1.225.087,14	253.180,53	2.392.633,58
Serviços da Dívida a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	247.801,68	1.646.699,00	0,00	1.709.313,41	0,00	144.932,82
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	1.566.452,04	4.206.820,96	0,00	2.934.400,55	253.180,53	2.537.566,40

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Este quadro demonstra a dívida de curto prazo, ou seja, a dívida com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todas as obrigações do Município de curto prazo (Restos a Pagar, Serviços da Dívida a Pagar, Depósitos, Débitos de Tesouraria) estão corretamente demonstradas na Dívida Flutuante.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as receitas extraorçamentárias e o valor das baixas confere com as despesas extraorçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- Os cancelamentos de valores da Dívida Flutuante foram no valor de R\$ 253.180,53 (duzentos e cinquenta e três mil cento e oitenta reais e cinquenta e três centavos)
- Não houve restabelecimentos de valores da Dívida Flutuante.

6.6. Demonstração dos demais créditos e valores a curto prazo

Quadro 19

DEMONSTRAÇÃO DOS DEVEDORES DIVERSOS						
EXERCÍCIO DE 2017						
TÍTULOS	Saldo Anterior	Inscrição	Restabelecimento	Baixa	Cancelamento	Saldo Final
Depósitos e Consignações	127.386,94	192.871,44	0,00	209.156,34	0,00	111.102,04
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Geral	127.386,94	192.871,44	0,00	209.156,34	0,00	111.102,04

Nota: Neste quadro estão consolidados os todos valores da Administração Direta e Indireta.

Este quadro ainda está com a nomenclatura de “Devedores Diversos”, mas são destacados os créditos em que o curto prazo é condição de recebimento, ou seja, os créditos com prazo de vencimento inferior a 12 meses. Todos os créditos do Município de curto prazo estão corretamente demonstrados no quadro Devedores Diversos. Normalmente são contas de salário família, salário maternidade ou até mesmo outras contas em que se adiantou recursos a terceiros para posterior ressarcimento.

- Os saldos anteriores conferem com o saldo final apresentado no exercício anterior.
- O valor das inscrições confere com as despesas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.
- O valor das baixas confere com as receitas extra-orçamentárias demonstradas no Balanço Financeiro.

Não houve cancelamentos de valores constantes em Devedores Diversos.

Não houve restabelecimentos de valores dos Devedores Diversos.

6.7. Inventário Geral Analítico

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico de 31/12/2017 guardam paridade com as demais demonstrações contábeis.

Todos os valores constantes no Inventário Geral Analítico podem ser comprovados através de extratos, conciliações, declarações, carga patrimonial, certidões e outros documentos hábeis.

Há uma necessidade de revisão do inventário geral e da reavaliação ou “impairment” dos itens das contas, principalmente os bens móveis e imóveis, no sentido de adequar às NBCASPs, já que em breve serão exigidos os critérios de aplicação de depreciação, amortização ou exaustão.

6.8. Análise dos Índices das Contas Públicas

Quadro 20

ÍNDICE DE LIQUIDEZ IMEDIATA		
TÍTULOS	2016	2017
Disponível em Caixa e Bancos (A)	1.676.623,13	2.429.138,58
Passivo Financeiro (B)	1.520.132,51	2.525.026,04
Índice de Liquidez Imediata (A/B)	1,10	-0,96

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Indica que para cada **R\$1,00** de dívida a curto prazo no dia 31/12/2017, a Prefeitura, a Câmara, os Fundos Especiais, as Autarquias e as Fundações possuíam disponível em Caixa e Bancos **R\$ - 0,96 (zero vírgula noventa e seis)**

Quadro 21

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE		
TÍTULOS	2016	2017
Ativo Financeiro (A)	1.676.623,13	2.429.138,58
Passivo Financeiro (B)	1.520.132,51	2.525.026,04
Índice de Liquidez Corrente (A/B)	1,10	-0,96

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Indica que para cada **R\$1,00** de Passivo Financeiro no dia 31/12/2017, a Prefeitura, a Câmara, os Fundos Especiais, as Autarquias e as Fundações possuíam disponível **R\$ - 0,96 (zero vírgula noventa e seis)**.

Quadro 22

INDICE DE LIQUIDEZ REAL		
TÍTULOS	2016	2017
Ativo Real (A)	1.676.623,13	2.429.138,58
Passivo Real (B)	1.520.132,51	2.525.026,04
Índice de Liquidez Real (A/B)	1,10	-0,96

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

Indica que para cada **R\$1,00** de compromisso a curto, médio e longo prazo no dia 31/12/2017, a Prefeitura, a Câmara, os Fundos Especiais, as Autarquias e as Fundações possuíam **R\$ - 0,96 (zero vírgula noventa e seis)**.

Os índices de pronta liquidez e imediata aumentaram em 2017 quando comparados com os índices apresentados em 2015 o que demonstra que a Administração está mantendo/buscando o equilíbrio das contas públicas.

7. Análise do cumprimento dos limites e condições para realização de operações de crédito

Não foram realizadas Operações de Crédito no exercício de 2017.

8. Análise da observância dos limites para inscrição de despesas em restos a pagar

◆ Prefeitura, Fundos Especiais, Autarquias e Fundações

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R\$ 2.420.223,21 (dois milhões quatrocentos e vinte mil duzentos e vinte e três reais e vinte e um centavos), sendo R\$ 2.091.232,87 (dois milhões noventa e mil duzentos e trinta e dois reais e oitenta e sete centavos), restos a pagar processados e R\$ 328.990,34 (trezentos e vinte e oito mil novecentos e noventa reais e trinta e quatro centavos), restos a pagar não processados.

◆ **Câmara Municipal**

Quanto aos Restos a Pagar inscritos no exercício, estes estão dentro dos preceitos da Lei Complementar nº 101/2000, totalizando o montante de R\$ 2.581,39 (dois mil quinhentos e oitenta e um reais e trinta e nove centavos), sendo restos a pagar processados.

9. Análise da observância dos limites e condições para a realização da despesa total com pessoal

Quadro 23

DESPESA TOTAL COM PESSOAL EXERCÍCIO DE 2017		
TÍTULOS	R\$	%
Receita Corrente Líquida (A)	21.937.645,96	57,37
Gastos com Pessoal do Município (B) (percentual = B/A x 100)	12.587.548,83	53,12
Gastos com Pessoal do Poder Executivo (C) (percentual = C/A x 100)	11.652.772,38	53,12
Gastos com Pessoal do Poder Legislativo (D) (percentual = D/A x 100)	934.776,45	4,26

Nota: Neste Quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

A apuração da despesa com pessoal ocorreu ao final de cada mês, tomando-se por base os gastos no mês de referência mais os gastos dos onze meses anteriores, adotando-se o regime de competência, conforme determina o § 2º, do art. 18, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, os gastos com pessoal do Município não poderão exceder a 60% da Receita Corrente Líquida apurada no período, sendo que os gastos do Poder Legislativo não poderão exceder a 6% e os do Poder Executivo a 54%. Demonstra-se no quadro acima os gastos com pessoal realizados pelo Município, o qual evidencia o cumprimento da norma legal.

Até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre/semestre, a Administração divulgou os valores apurados, regularizando os excessos de gastos nos dois quadrimestres seguintes, quando se tornou necessário, conforme determinam os arts. 22 e 23 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

10. Avaliação da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos dispositivos constitucionais, da lei orgânica do município e demais legislações pertinentes.

10.1. Aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino

Quadro 24

APLICAÇÃO NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	
EXERCÍCIO DE 2017	
TÍTULOS	VALOR (R\$) e PERCENTUAL (%)
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	15.470.549,83
Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (Infantil, Fundamental, Especial, Educação de Jovens e Adultos (B)	4.350.258,29
Restos a Pagar não Processados de Exercício Anterior Processados no Exercício Atual (C)	498.044,64
Percentual Aplicado na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (B+C/A) *100%	28,11%

Conforme pode ser observado, os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino foram superiores a 25% (vinte e cinco por cento) da base de cálculo, atendendo o disposto no art. 212 da Constituição da República e o art. 69 da Lei nº 9.394/1996.

Os restos a pagar do ensino não possuem recursos financeiros correspondentes na conta bancária vinculada ao ensino. Contudo tal valor foi depositado entre os dias 1º a 10/01/2017, cumprindo desta forma a exigência de aplicação, conforme determina o inciso III, do § 5º, do art. 69 da Lei nº 9.394/96. Além disso, esclarece-se que tais restos a pagar já foram totalmente quitados no início do exercício de 2017.

Parte dos restos a pagar do ensino foi inscrita no exercício de 2017 sem a correspondente disponibilidade financeira na conta bancária vinculada. Contudo, conforme faculta o inciso III, do § 5º, do art. 69 da Lei nº 9.394/96, foi depositado entre os dias 1º a 10/01/2017 os valores correspondentes na referida conta, relativos aos recursos arrecadados entre os dias 21 e 31/12/2017, cumprindo desta forma a exigência legal.

10.2. Aplicação dos Recursos do FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Quadro 25

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO EXERCÍCIO DE 2017	
TÍTULOS	VALOR (R\$)
Receitas Recebidas no Exercício (incluindo aplicações financeiras) (A)	4.771.955,45
Despesas Empenhadas no Exercício (B)	4.771.955,45
Percentual dos Recursos Recebidos e Aplicados no Exercício [C = B/A) * 100%]	100
Despesas Empenhadas no Exercício c/a Remuneração dos Profis.Magistério (D)	3.056.633,72
Percentual Aplicado na Remuneração dos Profissionais do Magistério [E = (D/A) * 100%]	64,93

Conforme pode ser observado, os gastos com a remuneração dos Profissionais do Magistério com recursos do FUNDEB superaram o limite mínimo de 60% (sessenta por cento) da receita arrecadada, atendendo a determinação do art. 22 da Lei nº 11.494/2007.

Os recursos recebidos do FUNDEB no exercício de 2017 foram totalmente aplicados, não restando saldo para aplicação no exercício seguinte.

10.3. Ensino Médio e Superior

O Município atuou prioritariamente no ensino fundamental e no ensino infantil, mas atuou também no ensino médio e superior por estarem atendidas plenamente as necessidades de sua área de atuação e aplicados os recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição da República. Os gastos com ensino superior foi no montante de R\$ 32.200,00 (trinta e dois mil e duzentos reais).

11. Avaliação da aplicação dos recursos nas ações e serviços públicos de saúde, nos termos dos dispositivos constitucionais e da lei orgânica do município.

A Emenda Constitucional nº 29, de 13 de setembro de 2000, definiu que o limite a ser aplicado nas ações e serviços públicos de saúde deverá ser equivalente a, no mínimo, 15% (quinze por cento) do produto da arrecadação dos impostos e transferências, a partir do exercício de 2004.

No quadro seguinte são demonstradas a base de cálculo e as despesas realizadas na manutenção e desenvolvimento do ensino.

Quadro 26

APLICAÇÃO NAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		
EXERCÍCIO DE 2017		
TÍTULOS	VALOR	%
Receita de Impostos, Transferências Constitucionais, Multas e Juros de Mora dos Impostos e Receita da Dívida Ativa dos Impostos (A)	R\$14.557.146,69	100%
Gastos nas Ações e Serv. Públicos de Saúde com recursos próprios (B) [percentual = (B/A) *100]	R\$4.358.028,60	29,93%

No exercício de 2017 o Município aplicou, nas ações e serviços públicos de saúde, com recursos próprios, mais do que 15% (quinze por cento) da base de cálculo, atendendo assim a exigência legal.

12. Informações quanto à destinação dos recursos obtidos com a alienação de ativos

Quadro 27

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS		
EXERCÍCIO DE 2017		
HISTÓRICO	INGRESSO (R\$)	APLICAÇÃO (R\$)
Saldo do exercício anterior	23.425,15	
Receita de Aplicação	1.329,89	
Totais	24.755,04	
Saldo para o exercício seguinte	24.755,04	

Não houve alienação no exercício de 2017.

13. Análise da observância do disposto no artigo 29-A da Constituição da República, referente ao repasse mensal de recursos ao Poder Legislativo
Quadro 28

REPASSES EFETUADOS AO PODER LEGISLATIVO			
EXERCÍCIO DE 2017			
Receita Tributária, Transferências Constitucionais, Receita da Dívida Ativa Tributária, Multas e Juros decorrentes de Receitas Tributárias, arrecadadas em 2017.	Limite Máximo de Repasses em 2017: 7 % das receitas arrecadadas em 2017 conforme primeira coluna.	Valor do Repasse Previsto na Lei Orçamentária Anual (Proporção fixada na LOA)	Repasse Realizado
R\$ 15.596.370,84	R\$ 1.091.741,96	R\$ 1.128.746,98	R\$ 1.091.741,96

É oportuno observar que, de acordo com o art. 29-A da Constituição da República, o total das despesas do Poder Legislativo dos Municípios não poderá ultrapassar o limite máximo, de acordo com a população de cada Município, das receitas tributárias e das transferências constitucionais efetivamente arrecadadas no exercício imediatamente anterior, conforme determina o art. 29-A da Constituição da República.

Observa-se que efetuar repasse ao Poder Legislativo acima do limite máximo constitui crime de responsabilidade do Prefeito Municipal, assim como também realizar repasses inferiores à proporção fixada na Lei Orçamentária, nos termos, respectivamente, dos incisos I e III, do § 2º, do art. 29-A da Constituição da República.

Os repasses ao Poder Legislativo totalizaram o montante de R\$ 1.091,741,96 (um milhão noventa e um mil setecentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos) no exercício financeiro de 2017. Considerando que o total da receita tributária, transferências constitucionais, receita da dívida ativa tributária, multas e juros decorrentes de receitas tributárias, arrecadadas em 2016, totalizaram R\$ 15.596.370,84 (quinze milhões quinhentos e noventa e seis mil trezentos e setenta reais e oitenta e quatro centavos) e que a população do Município é de 11.845 habitantes, depreende-se que o limite máximo de repasses era de R\$ 1.091,741,96 (um milhão noventa e um mil setecentos e quarenta e um reais e noventa e seis centavos) e que, portanto, foi obedecido o limite máximo permitido.

Quanto ao limite mínimo de repasses ao Poder Legislativo no exercício de 2017, esclarece-se que ele corresponde ao duodécimo do valor aprovado na Lei Orçamentária de 2017 para o orçamento da Câmara, conforme determina o art. 168

da Constituição da República, com a redação que lhe foi dada pela Emenda Constitucional nº 45/2004.

Considerando que as despesas da Câmara foram fixadas no montante de R\$ 1.128.746,98 (um milhão cento e vinte e oito mil setecentos e quarenta e seis reais e noventa e oito centavos) para o exercício de 2017, sendo este o limite mínimo de repasses para aquele exercício, conforme determina a Emenda Constitucional nº 58/2009 da Constituição da República, o qual também foi cumprido.

14. Avaliação sobre as providências adotadas pelo gestor diante de danos causados ao erário.

Não houve danos causados ao erário.

15. Indicação do montante inscrito em restos a pagar e do saldo, na conta depósitos, de valores referentes às contribuições previdenciárias devidas ao instituto próprio de previdência, com a avaliação do impacto da inscrição sobre o total da dívida flutuante

Quadro 29

INDICAÇÃO DO MONTANTE INSCRITO EM RESTOS A PAGAR E DOS DEPÓSITOS, REFERENTES AS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DEVIDAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	
EXERCÍCIO DE 2017	
ESPECIFICAÇÃO	(R\$)
TOTAL DA DÍVIDA FLUTUANTE (A)	2.678.828,63
MONTANTE INSCRITO EM RESTOS A PAGAR DE 2017, REFERENTE ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS PATRONAIS DO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (B)	2.545.167,92
MONTANTE DO SALDO DOS DEPÓSITOS, REFERENTES ÀS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS DOS SERVIDORES DO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (C)	224.660,71
IMPACTO DOS RESTOS A PAGAR EM RELAÇÃO À DÍVIDA FLUTUANTE (D = B / A) * 100	95,01%
IMPACTO DOS DEPÓSITOS EM RELAÇÃO À DÍVIDA FLUTUANTE (E = C / A) * 100	%
AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS DA INSCRIÇÃO DE RESTOS A PAGAR E DOS DEPÓSITOS SOBRE O TOTAL DA DÍVIDA FLUTUANTE:	

16. Detalhamento da composição das despesas pagas a título de obrigações patronais, distinguindo os valores repassados ao Instituto Nacional do Seguro Social e aqueles repassados ao instituto próprio de previdência

Quadro 30

DETALHAMENTO DA COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS PAGAS A TÍTULO DE OBRIGAÇÕES PATRONAIS EXERCÍCIO DE 2017				
MÊS	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSS (R\$)	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS AO INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (R\$)	OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS A OUTROS ÓRGÃOS (FGTS, IPSEMG etc.) (R\$)	TOTAL DAS OBRIGAÇÕES PATRONAIS REPASSADAS (PAGAS) (R\$)
JAN	13.905,74	0,00	0,00	13.905,74
FEV	26.111,05	1.292.,94	0,00	27.403,99
MAR	33.920,27	148.035,27	0,00	181.955,54
ABR	35628,03	90.041,27	0,00	125.669,30
MAI	36.630,52	85.541,93	0,00	122.172,45
JUN	37.037,13	86.735,99	0,00	123.773,12
JUL	36.781,56	85.377,30	0,00	122.158,86
AGO	35.806,97	86.140,75	0,00	121.947,72
SET	40.015,68	86.278,37	0,00	126.294,05
OUT	36.001,30	83.062,25	0,00	119.063,55
NOV	36.085,89	90846,93	0,00	126.932,82
DEZ	94.255,04	306.930,76	0,00	401.185,80
TOTAL	471.179,18	1.151.283,78	0,00	1.622.462,96

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

17. Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida para com o instituto próprio de previdência, com indicação do valor do débito, dos critérios utilizados para a correção da dívida, do número de parcelas a serem amortizadas ou de outras condições de pagamento pactuadas.

Quadro 31

AVALIAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS ADOTADOS QUANDO DE RENEGOCIAÇÃO DA DÍVIDA PARA COM O INSTITUTO PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA	
EXERCÍCIO DE 2017	
DÉBITO COM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA (VALOR NOMINAL)	R\$ 1.571.601,58
ÍNDICE APLICADO PARA CORREÇÃO DA DÍVIDA	INPC+6%ANO
DÉBITO COM O INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA (VALOR CORRIGIDO)	R\$ 1.571.601,58
NÚMERO DE PARCELAS A SEREM AMORTIZADAS	240
CRITÉRIOS E OUTRAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO PACTUADAS:	

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

18. Certificação de que os registros de dívida de natureza previdenciária foram conciliados com aqueles inseridos nos demonstrativos contábeis dos fundos e institutos próprios, especialmente no que diz respeito a Restos a Pagar, Dívida Ativa, Contribuições a Receber e Empréstimos

- CERTIFICAÇÃO -

Certifica-se que os registros da dívida de natureza previdenciária estão conciliados com os registros inseridos nos demonstrativos contábeis do **Instituto de Previdência Municipal (ou Fundo de Previdência Municipal)**, especialmente aqueles referentes a restos a pagar, dívida ativa, contribuições a receber e empréstimos, conforme especificado na tabela a seguir:

Quadro 32

DEMONSTRATIVO DO REGISTRO DAS DÍVIDAS DE NATUREZA PREVIDENCIÁRIA NA ENTIDADE E NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL
EXERCÍCIO DE 2017

REGISTRO NAS ENTIDADES		REGISTRO NO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA	
TÍTULOS DAS CONTAS	R\$	TÍTULOS DAS CONTAS	R\$
Passivo Financeiro – Restos A Pagar	0,00	Ativo Permanente – Outros Créditos – Contribuições Previdenciárias a Receber	R\$ 1.571.601,58
Passivo Financeiro – Depósitos	0,00	Ativo Permanente – Outros Créditos – Contribuições Previdenciárias a Receber	0,00
Passivo Permanente– Dívida Fundada Interna – Empréstimos Recebidos do Fundo Próprio de Previdência	R\$ 1.571.601,58	Ativo Permanente – Créditos – Empréstimos Concedidos	0,00
Passivo Permanente– Dívida Fundada Interna – Parcelamento de Débitos Com o Fundo Próprio de Previdência	0,00	Ativo Permanente – Créditos – Parcelamento de Dívida Concedido	0,00

Nota: Neste quadro estão consolidados todos os valores da Administração Direta e Indireta.

19. Aplicação de recursos públicos realizada por entidade de direito privado

Não houve aplicação de recursos públicos por entidade de Direito Privado.

20. Termos de parceria firmados e participação do município em consórcio público, as respectivas leis e o impacto financeiro no orçamento

Quadro 33

**TERMOS DE PARCERIA FIRMADOS E PARTICIPAÇÃO DO MUNICÍPIO EM CONSÓRCIO PÚBLICO
EXERCÍCIO DE 2017**

REGISTRO NAS ENTIDADES		RECURSOS APLICADOS PELO MUNICÍPIO	
CONSÓRCIO	R\$	TÍTULOS DAS CONTAS	R\$
CISCAPARAO- CONSORCIO INTEMUNICIPAL ENTORNO DO CAPARAÓ	R\$ 214.010,7 4	GASTOS SAÚDE	R\$ 214.010,7 4
CISCAPARAO- CONSORCIO INTEMUNICIPAL ENTORNO DO CAPARAÓ	R\$ 8.862,76	GASTOS ILUMINAÇÃO PÚBLICA	R\$ 8.862,76

21. Houve o Cumprimento da parte dos representantes dos órgãos ou entidades do município, dos prazos de encaminhamento de informações, por meio do Sistema Informatizado de Contas dos Municípios (SICOM-AM), nos termos exigidos pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Assim também os balancetes mensais foram encaminhados por meio do SICOM-BALANCETE ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

23. Conclusão

O processo de Prestação de Contas foi examinado por este Controle Interno e verificou-se que o mesmo encontra-se devidamente instruído, com os elementos de que trata a **Instrução Normativa nº 04/2017 assim como as NBCASP NBCT 16.8**; e representa de forma fidedigna as informações e os documentos que deram origem às peças contidas no processo.

O Órgão Central de Controle Interno da Prefeitura Municipal de São João do Manhuaçu, acompanhou a execução orçamentária, financeira, patrimonial, administrativa e operacional, bem como analisou as demonstrações contábeis e os registros que deram origem as mesmas, para então, emitir o parecer sobre as contas do exercício de 2017.

Trabalhou-se de forma integrada junto ao controle interno das demais entidades pertencentes a este Município e acompanhou-se de forma prévia, concomitante e subsequente todas as ações desenvolvidas, visando a proteção dos ativos, a obtenção de informações adequadas, a promoção da eficiência operacional, e a estimulação da obediência e do respeito às políticas da administração.

As notas explicativas dos balanços estão adequadas aos padrões contábeis, mas são relevadas em vista de que a implantação das Normas está no primeiro ano e os balanços foram publicados de última hora, devido às constantes mudanças e adequações de normas, assim como os erros de envios de carga de dados ao serem entregues junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

Por meio dos acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, verificou-se que todas as recomendações/determinações expedidas por este sistema de controle interno foram objeto de ações com vistas ao cumprimento das mesmas.

Nos trabalhos examinaram-se os controles internos administrativos desta entidade, com base nos procedimentos e técnicas utilizadas, e concluiu-se que os mesmos estão devidamente adequados e aderentes às normas internas do órgão controlado.

Finalmente, procedeu-se ao exame do Processo de Prestação de Contas levantado em 31 de dezembro de 2017, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade da administração. Verificou-se o Balanço Orçamentário, o Balanço Financeiro, o Balanço Patrimonial, a Demonstração das Variações Patrimoniais, o Comparativo do Balanço Patrimonial, a Demonstração da Dívida Flutuante, a Demonstração dos Devedores Diversos, a Demonstração da Dívida Fundada, a Demonstração dos Bens Incorporados e Desincorporados, o Inventário Geral Analítico, o Demonstrativo dos Gastos com a Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, o Demonstrativo dos Recursos Recebidos do FUNDEF e sua Aplicação, o Demonstrativo dos Gastos com Pessoal, o Demonstrativo dos Gastos nas Ações e Serviços Públicos de Saúde, o Demonstrativo dos Limites de Repasses ao Poder Legislativo, o parecer conclusivo do conselho do FUNDEB acerca da aplicação dos recursos e demais demonstrações contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas, representam adequadamente em todos os aspectos legais, a posição patrimonial e financeira da Prefeitura e Fundo de Previdência, em 31 de dezembro de 2017, referente ao exercício findo naquela data, estando, portanto, a Prestação de Contas em condições de ser submetida à apreciação do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

São João do Manhuaçu – MG, 28 de fevereiro de 2018.

Felipe Gomes Fonseca